

PREGÃO ELETRÔNICO

90277/2025

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (153163)

OBJETO

Registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada na execução plena de soluções pertinentes a serviços de instalação de equipamentos condicionadores de ar do tipo split hi-wall, piso-teto e cassete, sem prestação de mão de obra exclusiva, para atender à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.310.767,64

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Maior desconto linear, com agrupamento dos itens em lote

MODO DE DISPUTA

Aberto

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 29/05/2026 às 08h30min (horário de Brasília)

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

Não

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Não



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Pró-Reitoria de Administração - PROAD
Departamento de Licitações - DPL

Av. Desembargador Vitor Lima, nº 222, 5º andar, Prédio da Reitoria 2
Bairro Trindade – Florianópolis/SC – CEP 88.040-400
CNPJ/MF nº 83.899.526/0001-82
Site: www.licitacoes.ufsc.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90277/2025

Processo Administrativo nº 23080.061379/2025-43

Torna-se público que a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio do Departamento de Licitações (DPL/PROAD), sediado na rua Desembargador Vitor Lima, 222, Prédio II da Reitoria, Trindade, Florianópolis/SC, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada na execução plena de soluções pertinentes a serviços de instalação de equipamentos condicionadores de ar do tipo split hi-wall, piso-teto e cassete, sem prestação de mão de obra exclusiva, para atender à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. Ocorrendo diferenças entre as especificações dos objetos licitados descritas no presente Edital e as especificações descritas e publicadas no Sistema de Compras do Governo Federal, prevalecerão as constantes neste Edital.

1.4. Ocorrendo diferenças entre as especificações dos objetos licitados descritas no Termo de Referência e as especificações descritas no Estudo Técnico Preliminar, prevalecerão as constantes no Termo de Referência.

1.5. Todos os interessados na disputa deste certame ficam cientificados acerca da especificação final a ser considerada para a oferta de suas propostas e posterior execução do objeto.

1.6. Não serão aceitos, em quaisquer etapas do processo de aquisição/contratação, argumentos de que a proposta foi ofertada e aceita com especificações inferiores ao exigido neste Edital, uma vez que é responsabilidade irrevogável do licitante atender plenamente ao descritivo mínimo exigido no certame.

1.7. O licitante, ao ingressar na disputa do certame, se compromete a fornecer produtos/serviços de acordo com as exigências do ato convocatório, sendo inegociável tal condição, e declara estar ciente de que, deixando de atender às especificações do Edital, estará prestando falsa declaração e, assim, se sujeitando à aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, em outras legislações aplicáveis e neste Edital.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para os itens de contratação da tabela constante do Termo de Referência cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.11. sociedades cooperativas;

3.7.12. pessoas físicas;

3.7.13. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

3.9. O impedimento de que trata o subitem 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos subitens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da contratada a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.1.1. Os critérios de aceitabilidade/julgamento das propostas estão indicados detalhadamente no item 7 do Edital.

4.1.2. Os critérios de habilitação dos licitantes estão indicados detalhadamente no item 8 do Edital.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos subitens 8.1.6 e 8.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546/2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973/2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133/2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546/2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973/2024.

4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, a pessoa jurídica:

4.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações;

4.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304/2024 e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

4.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4, 4.8 ou 4.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

4.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade

promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor do desconto, aplicado de forma linear sobre todos os itens da planilha do orçamento base da licitação;

5.1.2. marca;

5.1.3. fabricante;

5.1.4. quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo previsto no Edital.

5.2. Não é permitida a indicação de duas marcas/modelos ou alternatividade entre os mesmos.

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.4. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

5.7.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9.1. O prazo de validade da proposta deverá ser de **100 (cem) dias** a contar da data de abertura do certame. Havendo a menção diferenciada deste prazo, o mesmo será desconsiderado e prevalecerá a regra estabelecida neste subitem como condição de participação, não sendo, assim, motivo para desclassificação da proposta no caso de divergência.

5.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.9.3. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.9.4. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer, a depender do critério de julgamento, lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,5% (zero vírgula cinco por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. Será adotado, para o envio de lances no Pregão eletrônico, o modo de disputa “aberto”, sendo que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste Edital, quando for o caso.

6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.10.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14133/2021.

6.17.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de

produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.17.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

6.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência, conforme art. 5º, §9º, inciso I do Decreto nº 8538/2015.

6.18.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pelo licitante classificado em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.18.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.4. O licitante mais bem classificado nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.7. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

6.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;

6.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430/2023 e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382/2025;

6.20.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304/2024 e Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2. empresas brasileiras;

6.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada,

acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.25. É de inteira responsabilidade do licitante manter-se atento ao seu endereço eletrônico (e-mail registrado no SICAF ou informado na proposta comercial) durante todo o transcurso do certame, de modo a evitar a sua desclassificação pelo descumprimento de eventuais diligências que poderão ser solicitadas diretamente por este canal de comunicação, não cabendo eventuais alegações de desconhecimento ou de não acompanhamento, uma vez que este canal é indispensável na condução do certame.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) (<https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/ceis>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) (<https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/cnep>);

7.1.4. Lista de Licitantes Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta ao CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992 também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.2.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de Licitantes Inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.3. Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, caso necessário, os documentos de aceitação elencados no item 6.4 do Anexo I (Termo de Referência):

- a)** Planilha com a identificação do custo individual dos itens e o total geral para a execução dos serviços, adequados ao preço do último lance ofertado, formulado em moeda nacional, devendo estar incluídos todos os custos com frete, impostos, seguros, taxas, e quaisquer outras despesas que incidam ou venha a incidir sobre o objeto desta licitação, conforme modelo constante no Apêndice IV do Anexo I (Termo de Referência).
- b)** Composição do BDI utilizado para obtenção dos preços ofertados, conforme modelo constante no Apêndice V do Anexo I (Termo de Referência).

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES nº 73/2022.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.8.1.** contiver vícios insanáveis;
- 7.8.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.8.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.8.4.** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração;
- 7.8.5.** não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 7.8.6.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- 7.9.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.9.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao Edital.

7.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.11. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, devendo estar incluídos todos os custos com frete, impostos, seguros, taxas, e quaisquer outras despesas que incidam ou venha a incidir sobre o objeto desta licitação, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021:

8.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) No caso de Pessoa Física:** Cédula de Identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- b) No caso de Empresário Individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- c) No caso de Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- d) No caso de Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal (SLU) ou Sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI):** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

- e) **Para a Sociedade Simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- f) **No caso de Sociedade Cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.
- g) **No caso de Sociedade Empresária Estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77/2020.
- h) **Em se tratando de participante Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.1.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas,** conforme o caso.
- b) **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional,** mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).**
- d) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,** mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.
- e) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver,** relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- f) **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
 - f.1)** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração

da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.1.2.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes Estadual e Municipal.

8.1.2.2. Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 147/2014, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.1.2.2.1. Caso se constate a restrição, o licitante será declarado vencedor quando do aceite de sua proposta, sendo que o pregoeiro convocará a empresa via chat ou e-mail cadastrado no SICAF para tal regularização, e o prazo supracitado será iniciado a partir do dia seguinte.

8.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, contendo a numeração das páginas, nº do Livro Diário em que se encontram escriturados e assinatura do contador e do titular ou representante legal da entidade.
 - a.1)** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício social no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
 - a.2)** Microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, participantes deste certame, não estão dispensados da apresentação do Balanço Patrimonial e demais documentos referentes à análise da qualificação econômico-financeira.
- b) Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário** em que se encontram as Demonstrações Contábeis.
- c) Prova de Registro do Livro Diário na Junta Comercial** (com carimbo, etiqueta ou chancela da Junta Comercial) ou Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do subitem 8.1.3.5.
- d) Certidão Negativa de Insolvência Civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116/2021), ou de sociedade simples.
- e) Certidão Negativa de Falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

8.1.3.1. O licitante deverá apresentar resultado superior a 1,00 (um) em todos os índices que medem a situação financeira (Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente). Não apresentando tal resultado, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante possui patrimônio líquido em valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado global da contratação referente ao item ou itens disputados.

8.1.3.1.1. O licitante deverá comprovar que atende a um dos itens elencados, isto é, índices contábeis ou patrimônio líquido no percentual citado no subitem 8.1.3.1.

8.1.3.1.2. A informação será coletada por meio de análise às Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício).

8.1.3.1.3. A análise dos itens que medem a situação financeira e do patrimônio líquido, conforme subitem 8.1.3.1, será realizada levando-se em consideração os 2 (dois) últimos exercícios sociais.

8.1.3.2. As Demonstrações Contábeis referidas acima serão aceitas com base no prazo limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme §4º do art. 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3/2018.

8.1.3.3. As Demonstrações Contábeis que forem registradas em cartório competente e habilitado para esta finalidade, agregando unicamente o conjunto de demonstrações e contemplando assinatura do contador e do titular ou representante legal da entidade, ficam dispensadas da apresentação do registro na Junta Comercial, bem como dos termos de abertura e encerramento, desde que as peças façam alusão ao número de páginas e ao livro que deu origem às demonstrações.

8.1.3.4. Para as empresas constituídas há menos de 1 (um) ano, será aceita a apresentação do balanço de abertura, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado do documento de constituição da empresa, que comprove tal condição. Não será aceito nenhum outro documento que não este, previsto em lei.

8.1.3.5. Para as empresas obrigadas à Escrituração Contábil Digital (ECD), a autenticação de livros contábeis poderá ser feita por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) de que trata o Decreto nº 6.022/2007, mediante a apresentação de escrituração contábil digital, e poderá ser comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo SPED. A autenticação prevista no art. 78 do Decreto nº 8.683/2016 dispensa a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994, nos termos do art. 39-A da referida lei.

8.1.3.5.1. A autenticação das Demonstrações Contábeis será comprovada pelo recibo de entrega da ECD, devendo estar em conformidade com o número apresentado nos documentos integrantes da escrituração, nos termos do Decreto nº 8.683/2016, ou seja, é necessário estar disposto o número do recibo (HASH) no rodapé dos arquivos encaminhados, de modo a validar o efetivo envio do documento.

8.1.3.5.2. Os licitantes deverão se atentar a disponibilizar o último arquivo enviado ao SPED, seja ele no âmbito do cadastramento junto ao SICAF ou em remessa específica para a disputa deste Pregão.

8.1.3.6. No que tange às empresas do tipo Sociedade Anônima, de acordo com o art. 132 da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), as Demonstrações Financeiras deverão ser aprovadas em Assembleia-Geral-Ordinária, comprovada mediante ata arquivada e publicada no registro do comércio.

8.1.3.7. O licitante que apresentar certidão que demonstre que se encontra em recuperação judicial deverá apresentar o respectivo Plano de Recuperação Judicial, demonstrando que inexistam o veto para a contratação com o Poder Público, bem como comprovar que este plano já tenha sido aprovado pelo juízo recuperacional, nos termos da Lei nº 11.101/2005. Os documentos não aprovados em juízo recuperacional serão desconsiderados para fins de habilitação.

8.1.4. OUTROS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, INDEPENDENTE DO CADASTRO JUNTO AO SICAF:

- a)** Prova de capacidade técnica da empresa, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa executou ou executa serviços de instalação de aparelhos e ar condicionado tipo split ou piso teto ou cassete de forma adequada, comprovando os seguintes quantitativos:
 - a.1)** Para a disputa do lote único: comprovar que executa ou executou tais serviços num montante de 250 instalações.
 - a.2)** Será aceito o somatório de atestados ou declarações para comprovar a capacidade técnica, desde que reste demonstrada a execução concomitante dos serviços e por período não inferior a 1 (um) ano.
 - a.3)** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.
 - a.4)** O(s) atestado(s) não necessita(m) ser obrigatoriamente referente(s) ao ano anterior à data da licitação e o prazo de 1 (um) ano não necessita ser obrigatoriamente contado de forma ininterrupta (contínua).
 - a.5)** Não serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos pelo próprio licitante.
- b)** Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), ou demais conselhos profissionais competentes em plena validade.
 - b.1)** Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- c)** Declaração de que, na data da assinatura do contrato, a empresa possuirá credenciamento válido junto às fabricantes dos aparelhos de ar-condicionado fornecidos pela contratante, especificamente: Agravito, Caceair, Vix, Elgin e Philco.

- d)** Declaração de que possuirá, na assinatura do contrato, Engenheiro Mecânico ou Técnico Industrial ou outro profissional detentor de outras titulações que comprovem atribuições na área de sistemas de climatização, responsável técnico pela execução dos serviços com vínculo com o licitante, respeitando o que segue:
- d.1)** No caso de empregado com vínculo empregatício, o respectivo registro na carteira de trabalho e previdência social, bem como a ficha ou livro de registro de empregados, este último, em conformidade com as normas da Delegacia Regional do Trabalho (DRT).
- d.2)** No caso de sócio da empresa, o respectivo contrato social da empresa devidamente registrado no órgão competente (Cartório de Títulos e Documentos ou Junta Comercial), para fins de se verificar o vínculo com os responsáveis técnicos indicados na Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho de Classe.
- d.3)** No caso de empresário individual titular do estabelecimento ou titular de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), apresentar credenciamento no Conselho Profissional competente autorizando o exercício da profissão.
- d.4)** No caso de contrato de prestação de serviços técnicos, o contrato devidamente firmado entre as partes, com firma reconhecida e registrado em cartório, para vincular a responsabilidade técnica com os profissionais informados na Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho de Classe.
- e)** Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve declarar, nos termos do Anexo III, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- e.1)** O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a serem agendados conforme item 3.5 e seguintes do Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- e.2)** Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.4.1. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, especificada no contrato social devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil (RFB).

8.1.5. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- a) **A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos** para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764/1971.
- b) **Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI)**, para cada um dos cooperados indicados.
- c) **Comprovação do capital social** proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual.
- d) **O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971.**
- e) **Comprovação de integração das respectivas quotas-partes** por parte dos cooperados que executarão o contrato.
- f) Os seguintes documentos para a comprovação da **regularidade jurídica da cooperativa**:
 - f.1) Ata de fundação.
 - f.2) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou.
 - f.3) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia.
 - f.4) Editais de convocação das 3 (três) últimas assembleias gerais extraordinárias.
 - f.5) 3 (três) registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais.
 - f.6) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.
- g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.1.6. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de um percentual de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.5.1. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.5.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.5.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação, pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo mínimo de 2 (duas) horas prorrogável conforme o julgamento do Pregoeiro e contado a partir de sua solicitação.**

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73/2022.

8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o subitem 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, **em até 2 (duas) horas, prorrogável conforme o julgamento do Pregoeiro e contado a partir de sua solicitação**, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou
- c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O aceite da nota de empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. a referida nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da mesma lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a contratação.

9.8. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do

contrato, conforme Decreto nº 12.304/2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.

9.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

9.9.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei nº 14.967/2024.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a ata de registro de preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas atas de registro de preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

10.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133/2021; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2. Considerando a ausência da funcionalidade de cadastro de reserva no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), os licitantes que desejarem integrar o referido cadastro, conforme os critérios estabelecidos no item anterior, deverão manifestar-se pelo e-mail licitacoes.dpl@contato.ufsc.br, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da homologação do certame.

11.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.3.1. A apresentação de novas propostas na forma deste subitem não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.3.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.4.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; ou

11.4.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 28 e 29 do Decreto nº 11.462/2023.

11.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no Edital, poderá:

11.5.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.5.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sarf.sistemas.ufsc.br/licitacoes/transparencia/detalhes/23080061379202543>.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa, infringe o disposto na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

13.2. A Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência, nos casos de menor gravidade;

13.2.2. multa;

13.2.2.1. Multa de natureza compensatória discriminadas especificamente nos itens 13.4 a 13.6.

13.2.2.2. Multa de natureza moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

13.2.2.3. Multa de natureza moratória de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) quando se tratar de atrasos no cumprimento de alguma obrigação, por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

13.2.2.3.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. Quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, o licitante ficará sujeito à multa correspondente à 3% (três por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato e receberá a sanção de advertência, quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave.

13.5. Em se tratando dos casos discriminados nos subitens 13.5.1 à 13.5.11, o licitante ficará sujeito à multa correspondente à 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor estimado do item/grupo/ lote licitado ou do contrato e poderá ficar impedido de licitar e de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar ao responsável:

13.5.1. Recusar-se ou deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

13.5.2. Recusar-se ou deixar de responder diligência realizada pelo Pregoeiro durante o certame.

13.5.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) desistir do lance durante a etapa competitiva;
- d) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

- e) deixar de apresentar amostra, quando solicitado no Edital;
- f) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.

13.5.4. Perturbar qualquer ato da sessão pública da licitação como, por exemplo, ofender o Pregoeiro, Presidente ou Membro da Comissão ou Equipe de Apoio, ou levantar falsa acusação quanto à prática dos servidores envolvidos na realização do certame.

13.5.5. Solicitar sua inabilitação depois de concluída a fase de habilitação.

13.5.6. Interpor recurso meramente protelatório, com base em fundamentação que já tenha sido motivo de impugnação ao Edital e seus anexos e resultado em improcedência, ou interpor intenção de recurso e posteriormente deixar de apresentá-lo, causando morosidade à disputa da licitação.

13.5.7. Interpor pedido de reconsideração meramente protelatório, com base em fundamentação já apresentada e devidamente analisada na fase recursal, cujo resultado tenha sido de improcedência, causando morosidade à disputa da licitação.

13.5.8. Omitir informações em quaisquer documentos exigidos no Pregão.

13.5.9. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

13.5.10. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

13.5.11. Der causa à inexecução total do contrato.

13.6. Em se tratando dos casos discriminados nos subitens 13.6.1. a 13.6.5, o licitante ficará sujeito à multa correspondente à 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor estimado do item/grupo/lote licitado ou do contrato e o responsável poderá receber a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelos prazos máximos especificados abaixo, se:

13.6.1. Não celebrar a ata de registro de preços, o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo máximo de 6 (seis) anos.

13.6.1.1. A recusa injustificada a que se refere o subitem 13.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

13.6.2. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou para o contrato; ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato; ou adulterar documento, público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo máximo de 4 (quatro) anos.

13.6.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraudes de qualquer natureza: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

13.6.3.1. Comporta-se de modo inidôneo aquele que, entre outras práticas:

- a) induz deliberadamente a erro no julgamento;
- b) apresenta amostra falsificada ou deteriorada;

c) participa, na licitação, de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente;

d) age em conluio ou em desconformidade com a lei.

13.6.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 4 (quatro) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.6.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 4 (quatro) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7.1. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7.2. As multas aplicadas deverão ser recolhidas à UFSC, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), observando-se sua data de vencimento, podendo a Administração cobrá-las judicialmente, nos termos da Lei nº 6.830/1980, com os encargos correspondentes, ou descontá-las dos valores remanescentes de pagamentos à empresa.

13.7.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela contratante à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.7.4. Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.

13.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à UFSC.

13.14. A aplicação de uma das penalidades previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras.

13.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida.

13.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e/ou no Banco de Sanções do Governo Federal e, no caso de impedimento de licitar e de contratar e da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o licitante será descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas do Edital, no Contrato e em demais cominações legais.

13.17. As sanções de impedimento de licitar e de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar somente serão passíveis de reabilitação após o cumprimento dos requisitos disposto no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.18. A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.19. Quando a rescisão contratual não for conveniente e oportuna à Administração, esta poderá manter em vigor a Ata de Registro de Preços, cobrando do licitante apenas os valores referentes às multas, fundamentando expressamente as razões que motivam a manutenção da relação contratual.

13.20. O encaminhamento de Ofício de Notificação quanto à abertura de processo administrativo contra o licitante ou empresa fornecedora/contratada e todas as demais comunicações referentes a esse assunto será efetuado eletronicamente pelo departamento, unidade ou comissão responsável da UFSC, exclusivamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF, para fins de garantir o seu direito ao contraditório e à ampla defesa.

13.20.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13.20.2. Todo o recebimento eletrônico será protocolado por meio de uma resposta eletrônica, resguardando o licitante e/ou empresa fornecedora/contratada quanto à efetiva entrega de sua defesa ou manifestação.

13.20.3. Quando, por razões técnicas, for inviável o uso de meio eletrônico para o encaminhamento de Ofício de Notificação, esse ato poderá ser viabilizado segundo as regras ordinárias.

13.21. As defesas/manifestações, quando em resposta ao Ofício de Notificação de que trata o item 13.20, deverão ser encaminhadas por meio eletrônico, segundo as orientações contidas no ofício de notificação ou no sítio da PROAD supracitado, de modo a economizar custos, evitar a necessidade de deslocamentos e, ainda, otimizar o prazo para que o licitante e/ou empresa fornecedora/contratada elabore as peças que julgar convenientes à sua defesa/manifestação.

13.21.1. Quando a defesa/manifestação do licitante e/ou empresa fornecedora/contratada for enviada para atender o prazo processual, este passará a contar a partir da data do registro de recebimento da notificação ou do seu registro de protocolo, o que ocorrer primeiro, sendo considerada tempestiva a defesa/manifestação recebida até as 24 (vinte e quatro) horas do seu último dia.

13.21.2. Toda a operacionalidade por meio eletrônico mantém inalterados os prazos legais para as defesas/manifestações, bem como mantém conservado todo o direito ao contraditório e à ampla defesa em toda e qualquer fase do rito processual.

13.22. Demais dúvidas acerca do disposto nos subitens precedentes quanto às notificações, defesas ou manifestações, poderão ser sanadas por meio eletrônico, seguindo as orientações contidas no sítio da PROAD, www.proad.ufsc.br.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. É indispensável que, previamente à impugnação e/ou envio de quaisquer pedidos de esclarecimentos, o licitante consolide uma leitura plena e atenta do Edital e de seus anexos, e acesse o sítio www.gov.br/compras, de modo a verificar se eventuais dúvidas já não foram suscitadas e/ou esclarecidas por meio de encaminhamentos anteriormente recebidos, com a finalidade de otimizar a análise do Edital e evitar a duplicidade de requerimento.

14.2.1. Serão imediatamente descartados pedidos de esclarecimentos que:

14.2.1.1. intencionem análise prévia de documentações ou descrições de modelos de produtos/serviços que o licitante almeja apresentar e/ou ofertar para a disputa do certame licitatório, haja vista que todas as análises serão efetuadas estritamente em momento oportuno, conforme o estabelecido neste instrumento convocatório; e/ou

14.2.1.2. tenham o intuito de obter informações concernentes ao atual concessionário ou prestador de serviço do objeto referente ao presente certame, haja vista que tais esclarecimentos não estão relacionados a elementos do ato convocatório ou, ainda, a diretrizes que subsidiem informações necessárias para a correta elaboração da proposta por parte dos interessados em nossos certames.

14.2.2. O licitante que desejar obter informações de que trata o subitem anterior deverá requerê-las por meio dos canais de acesso à informação da UFSC ou diretamente aos departamentos ou unidades responsáveis pelas fases de execução do objeto.

14.3. As respostas referentes às impugnações e/ou aos pedidos de esclarecimentos serão disponibilizadas, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, no sítio www.gov.br/compras, cabendo aos licitantes a responsabilidade de acompanhar as respostas e respectivos encaminhamentos neste canal de comunicação.

14.4. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço licitacoes.dpl@contato.ufsc.br.

14.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

15.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

15.3. A contratada se compromete, em relação à Lei nº 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

- a) Adotar medidas para adequação de suas operações ao cumprimento das legislações de proteção de dados pessoais aplicáveis e das orientações emanadas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), bem como seguir as instruções fornecidas pela UFSC, inclusive as fixadas na sua Política de Proteção de Dados Pessoais e demais normas.
- b) Assegurar que esse tratamento será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s).
- c) Manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar.
- d) Adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais.
- e) Orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos de qualquer natureza sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso.
- f) Apresentar todos os dados e as informações solicitados pela contratante em relação ao tratamento de dados pessoais e/ou adotar as providências indicadas.
- g) Permitir e contribuir, sempre que necessário, para a realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais, realizadas pela contratante ou por ela designadas.

- h) Não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da contratante e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância.
- i) Comunicar à contratante, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.
- j) Reparar os danos patrimonial, moral, individual e/ou coletivo causados a outrem pelo tratamento de dados pessoais, quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados, quando não tiver seguido as instruções lícitas da contratante e/ou quando não adotar as medidas de segurança previstas no art.46 da LGPD.
- k) Encerrado o tratamento de dados pessoais pelas partes, nos termos do art. 15 da LGPD, eliminá-los, salvo nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

15.4. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em lei.

15.5. Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela contratada.

15.6. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

15.7. A contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

15.8. A contratada deverá prestar, no prazo fixado pela contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

15.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

15.9.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

15.10. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 16.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.
- 16.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://licitacoes.ufsc.br/>.
- 16.11.** Integram este Edital*, para todos os fins e efeitos:

ANEXO I – Termo de Referência

Apêndice I – Relação dos Equipamentos a Serem Fornecidos

Apêndice II – Modelo de Ordem de Serviço

Apêndice III – Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

Apêndice IV – Modelo de Planilha Orçamentária

Apêndice V – Modelo de Composição BDI da Empresa

Apêndice VI – Composição BDI UFSC

Apêndice VII – Planilha de Preços Referência

ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO III – Modelo de Declaração de Visita Técnica

ANEXO IV – Minuta de Ata de Registro de Preços

ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato

Florianópolis, 14 de Maio de 2026.



Documento assinado digitalmente

Djennifer Maria Melo

Data: 14/05/2026 09:44:24-0300

CPF: ***.151.269-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Djennifer Maria Melo

Diretora do Departamento de Licitações

*O Departamento de Licitações (DPL/PROAD) é responsável apenas pela elaboração do Edital. Demais peças e anexos presentes neste documento são elaborados por outros departamentos/unidades da UFSC.

MEC - UNIV. FED. DE SANTA CATARINA - SC

ANEXO I DO ATO CONVOCATÓRIO – TR SEM MDE _versão 1
/2024_TR 121/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
121/2025	153163-MEC - UNIV. FED. DE SANTA CATARINA - SC	JOSE FABRIS	16/04/2026 11:10 (v 0.9)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		23080.061379/2025-43

1.CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A licitação tem como objeto o registro de preços para possível contratação de empresa especializada na execução plena de soluções pertinentes aos **serviços de** instalação de equipamentos condicionadores de ar do tipo SPLIT HI-WALL, PISO-TETO E CASSETTE, **sem prestação de mão de obra exclusiva**, destinados a atender totalmente os anseios da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, mediante concordância irrevogável as regras e exigências estabelecidas no ato convocatório e seus anexos, assim como, as demais legislações e normas regulamentares.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
		INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT HI-WALL, COM CAPACIDADE DE 9.000 BTU/H, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 3/8" PARA A LINHA DE SUCÇÃO (GÁS) E DE 1/4" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 3/8" E 1/4" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA				

1	2020	CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM POLÍMERO.	UN	169	538,61	91.025,09
		INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT HI-WALL, COM CAPACIDADE DE 12.000 BTU/H, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 1/2" PARA A LINHA DE SUCÇÃO (GÁS) E DE 1/4" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 3/8" E 1/4" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM POLÍMERO.	UN	562	579,52	325.690,24
2	2020	INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT HI-WALL, COM CAPACIDADE DE 18.000 BTU/H, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 1/2" PARA A LINHA DE SUCÇÃO (GÁS) E DE 1/4" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 3/8" E 1/4" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM POLÍMERO.	UN	197	579,52	114.165,44
3	2020	INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT HI-WALL, COM CAPACIDADE DE 24.000 BTU/H, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE				

4	2020	COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 5/8" PARA A LINHA DE SUCÇÃO (GÁS) E DE 3/8" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 5/8" E 3/8" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO E PINTADO DE BRANCO.	UN	707	877,65	620.498,55
5	2020	INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT CASSETE, COM CAPACIDADE DE 36.000 BTU /H, CICLO FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 3/4" PARA A LINHA DE SUCÇÃO (GÁS) E DE 3/8" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 3/4" E 3/8" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO E PINTADO DE BRANCO.	UN	17	1.121,35	19.062,95
		INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT PISO-TETO, COM CAPACIDADE DE 48.000 BTU/H, CICLO FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 5/8" PARA A LINHA DE SUCÇÃO (GÁS) E DE 3/8" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 5/8" E 3/8" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE				

6	2020	COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO E PINTADO DE BRANCO.	UN	11	1.080,81	11.888,91
7	2020	INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT PISO-TETO, COM CAPACIDADE DE 60.000 BTU/H, CICLO FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 3/4" PARA A LINHA DE SUCÇÃO (GÁS) E DE 7/8" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 3/4" E 7/8" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO E PINTADO DE BRANCO.	UN	25	1.229,32	30.733,00
8	2020	INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUCÇÃO 3/8" E 1/4"), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M). UNIDADE DE MEDIDA (METRO)	UN	51	103,89	5.298,39
9	2020	INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUCÇÃO 1/2" E 1/4"), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M). UNIDADE DE MEDIDA (METRO)	UN	228	117,53	26.796,84
10	2020	INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUCÇÃO 3/4" E 3/8"), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M). UNIDADE DE MEDIDA (METRO)	UN	26	157,08	4.084,08
		INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUCÇÃO 3/4" E 7/8"),				

11	2020	TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M). UNIDADE DE MEDIDA (METRO)	UN	38	193,07	7.336,66
12	2020	INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUCÇÃO 5/8" E 3/8"), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M). UNIDADE DE MEDIDA (METRO)	UN	215	168,28	36.180,20
13	4049	ALUGUEL DE CADEIRA SUSPensa EM AÇO GALVANIZADO COM TRAVA QUEDAS CONFORME A NR-18, INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM - UNIDADE DE MEDIDA (UNID/DIA)	UN	63	285,83	18.007,29
VALOR TOTAL						1.310.767,64

1.2. O valor estimado da contratação é de R\$ 1.310.767,64 (um milhão, trezentos e dez mil, setecentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos.)

1.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

1.3.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.3.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

1.3.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

1.4. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 10.024/2019 ,constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não englobando serviços que envolvam tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle, considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias; relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

1.5. Os serviços objeto desta contratação, tem a natureza de serviços comuns de engenharia, sem dedicação de mão de obra exclusiva, nos termos da alínea "a" do inciso XXI, do art. 6º, da Lei 14.133/2021, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em seu ato convocatório, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

1.6. O objeto desta licitação é caracterizado como serviço não contínuo, pois visa suprir necessidades esporádica e específica da Administração Pública por meio da prestação de um serviço passível de divisão ou segmentação lógica ou razoável em unidades autônomas, módulos, fases, etapas independentes, prestado de maneira eventual, temporário e imprevisível ao longo do tempo.

1.6.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6.2. O prazo de execução dos serviços será de 10 meses contados da assinatura do contrato.

1.7. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período.

1.8. Agrupamento de Itens:

1.8.1. () – Não, os itens serão licitados individualmente, sem agrupamento;

(x) – Sim, os itens serão licitados em lote, conforme detalhamento que segue:

Justificativa para o agrupamento em Lote:	<p>O agrupamento de todos os itens em um único lote fundamenta-se na busca pela eficiência técnica, pela economicidade e pela uniformidade na execução do objeto contratado. A contratação de uma única empresa para atender integralmente às demandas inerentes ao objeto assegura maior padronização dos materiais, procedimentos e soluções empregadas, contribuindo para a qualidade e a confiabilidade do empreendimento como um todo.</p> <p>Adicionalmente, a centralização das responsabilidades em um único prestador possibilita um gerenciamento mais eficaz, uma vez que todos os serviços e fornecimentos permanecem sob a coordenação de um mesmo administrador. Isso reduz riscos decorrentes da fragmentação do contrato, como divergências técnicas entre fornecedores, incompatibilidade de materiais ou dificuldades na conciliação de cronogramas.</p> <p>Do ponto de vista econômico, o agrupamento em lote único potencializa economias de escala, pois o aumento do volume negociado favorece a redução de custos unitários e amplia as possibilidades de obtenção de condições mais vantajosas para a Administração. A consolidação da demanda também tende a atrair maior número de fornecedores interessados, considerando a relevância e abrangência do objeto, o que contribui para o aumento da competitividade no certame.</p> <p>A execução integrada dos serviços permite maior controle sobre o desempenho contratado, facilita a fiscalização e reduz retrabalhos decorrentes de eventuais incompatibilidades entre diferentes prestadores. Assim, o agrupamento em lote único revela-se uma solução que atende aos princípios da eficiência, economicidade e vantajosidade, assegurando maior segurança técnica e administrativa para a execução contratual.</p>
--	---

1.8.1.1. Quadro de definição dos lotes/grupos/itens individualizados:

LOTE	ITENS	TOTAL ESTIMADO
Lote único	01 a 13	R\$ 1.310.767,64

1.9. Participações - Detalhamento a partir do Estudo Técnico Preliminar e do planejamento da contratação:

1.9.1. Será permitida a participação de empresas reunidas em Consórcio:

() – SIM;

(x) – NÃO

Justificativa para vedação da participação de empresas reunidas em consórcios	Com relação à participação de consórcios, entende-se que os serviços a serem contratados não exigem empresas de diferentes segmentos/capacidades reunidas para atuarem na execução dos serviços. Os sistemas produzidos como consequência dos serviços a serem contratados são resultado de equipes, técnicas e procedimentos complementares e integrados, não havendo benefício ou necessidade de segmentação ou divisão empresarial para a realização dos serviços objeto dessa contratação.
--	--

1.9.1.1. Nos casos que haja participação de pessoa jurídica em consórcio deverão ser observadas as regras estabelecidas no artigo 15 da Lei 14.133/2021.

1.9.2. Será permitida a participação de Cooperativas:

() – SIM;

(x) – NÃO

Justificativa para vedação da participação de cooperativas:	Visto que a execução dos serviços terceirizados, por sua própria natureza, demanda vínculo de emprego dos trabalhadores em relação à contratada.
--	--

1.9.2.1. Nos casos que haja participação de pessoa jurídica em cooperativa deverá ser observada as regras estabelecidas no artigo 16 da Lei 14.133/2021.

1.10. Da divulgação da IRP:

1.10.1. Haverá divulgação da intenção de registro de preços (IRP) para o presente processo licitatório, nos termos do que faculta o § 1º do Art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

2. Fundamentação e Descrição Necessidade

2.1. Esta contratação fundamenta-se na necessidade de viabilizar a instalação dos aparelhos de ar condicionado adquiridos por meio do Pregão Eletrônico nº 90038/2025, vinculado ao processo digital nº 23080.064454/2024-47. A instalação dos equipamentos é indispensável para assegurar condições adequadas de funcionamento nas unidades administrativas e acadêmicas da UFSC. A climatização dos ambientes contribui significativamente para o conforto térmico, a salubridade e a qualidade de vida no local de trabalho e estudo, fatores que impactam diretamente o bem-estar da comunidade universitária e a eficiência das atividades institucionais. Além disso, a correta instalação dos aparelhos é essencial para garantir o desempenho adequado, a vida útil dos equipamentos e a segurança das instalações prediais. A contratação especializada se justifica também para assegurar que a execução ocorra conforme as normas técnicas aplicáveis, evitando riscos, retrabalhos e custos adicionais.

2.1.1. Os quantitativos das instalações de aparelhos de ar condicionado foram definidos com base direta no número de equipamentos adquiridos no Pregão Eletrônico nº 90038/2025 (processo nº 23080.064454/2024-47). As quantidades já haviam sido previamente estabelecidas pelas equipes responsáveis pelo planejamento da contratação anterior, considerando as demandas apresentadas pelas unidades da UFSC e os levantamentos constantes no Estudo Técnico Preliminar, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. Assim, o número de instalações corresponde integralmente aos equipamentos adquiridos, refletindo uma necessidade concreta e já planejada.

2.1.2. Para os serviços complementares, especialmente o prolongamento das interligações entre evaporadora e condensadora, a estimativa foi feita considerando o total de equipamentos existentes e o fato de que cada unidade já possui 3 metros de tubulação previstos. Foram estabelecidas porcentagens de instalações que provavelmente necessitarão de extensão das tubulações.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], conforme detalhamento a seguir:

2.2.1. Número da Contratação: 186/2026

2.2.2. ID PCA no PNCP: [83899526000182-0-000001/2026]

2.2.3. Data de publicação no PNCP: 29/04/2024

2.2.4. Id do item no PCA: 7361

2.2.5. Classe/Grupo: SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)

2.2.6. Identificador da Futura Contratação: 1513163-186/2026

2.3. Da subcontratação:

2.3.1. () Vedada – Não será permitida a subcontratação nesta contratação;

(x) Permitida – Será admitida a subcontratação parcial do objeto conforme parâmetros detalhados abaixo:

2.3.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em:

a) Será vedada a subcontratação de empresa para executar os serviços de instalação de aparelhos de ar condicionado e prolongamento das interligações objeto da contratação.

2.3.1.2. A subcontratação é permitida e limitada ao:

a) Item 13 Contratação do aluguel de cadeira suspensa que equivale a 1,37% do valor estimado da contratação.

2.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

3. Descrição da Solução como um todo

3.1. Após levantamento de mercado, optou-se pela contratação da solução de serviços de instalação de aparelhos de ar condicionado, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de dispositivos e peças em decorrência dos seguintes aspectos:

a) Aspectos técnicos:

- **Padronização da execução:** A contratação conjunta dos serviços e materiais assegura que os itens utilizados sejam compatíveis com os equipamentos adquiridos e atendam às especificações técnicas exigidas pelos fabricantes, garantindo eficiência e prolongando a vida útil dos aparelhos.

- **Redução de riscos de incompatibilidade:** Quando a mesma empresa fornece materiais e executa a instalação, elimina-se o risco de utilização de tubulações, cabos, suportes ou outros componentes inadequados ou de qualidade inferior.
- **Maior confiabilidade na instalação:** A empresa executora assume integralmente a responsabilidade técnica pelos serviços e pelos materiais utilizados, facilitando o controle, a fiscalização e a garantia.
- **Atendimento a diferentes capacidades e modelos:** A solução permite que a contratada adeque os materiais conforme a necessidade de cada tipo de equipamento (split, piso-teto, cassete etc.), reduzindo improvisações e garantindo conformidade técnica.
- **Execução mais eficiente:** A integração entre fornecimento e instalação reduz atrasos, retrabalhos e deslocamentos decorrentes de eventual falta de materiais, assegurando continuidade e qualidade na execução.

b) Aspectos econômicos:

- **Redução de custos operacionais:** A contratação global evita aquisições fragmentadas de materiais, reduzindo despesas relacionadas a múltiplos pedidos, armazenamento e logística interna.
- **Melhor relação custo-benefício:** A junção dos itens em um único pacote permite maior competitividade entre os fornecedores e pode resultar em preços unitários mais vantajosos.
- **Mitigação de desperdícios:** Como a contratada fornecerá apenas o material necessário à instalação, evita-se a compra excessiva de itens que poderiam não ser utilizados.
- **Diminuição de riscos de aditivos:** A contratação integrada reduz a probabilidade de alterações contratuais motivadas por falta ou incompatibilidade de materiais, assegurando maior previsibilidade financeira.
- **Economia com fiscalização e gestão contratual:** A existência de um único contrato simplifica o acompanhamento técnico e administrativo, reduzindo custos indiretos para a Administração.

3.2 ESCOPO DOS SERVIÇOS

3.2.1. A Contratada deve seguir as normas NBR 6675 (instalação de condicionadores de ar de uso doméstico), NBR 15848 (Sistemas de ar condicionado – Procedimentos e requisitos relativos às atividades de construção, reformas, operação e manutenção das instalações que afetam a qualidade do ar interior (QAI)) e NBR 5410 (instalações elétricas de baixa tensão), assim como demais normas e códigos aplicáveis à execução do serviço contratado;

3.2.2. Definir o local de instalação da evaporadora (unidade interna) e da condensadora (unidade externa), onde' fiquem livres de quaisquer tipos de obstrução das tomadas de ar de retorno ou insuflamento e respeitados os desníveis máximos entre estas, de acordo com as recomendações do fabricante. Deve ser realizado um levantamento prévio, com o apoio da Fiscalização, quanto à definição do local de instalação destas unidades e demais componentes, no intuito de certificar-se de que não haverá danos a outras instalações existentes nos pavimentos (elétrica, hidráulica, dutos de renovação de ar, entre outras);

3.2.3. Seguir a Norma Regulamentadora nº 35 (Trabalho em altura) do Ministério do Trabalho e Emprego nas instalações de equipamentos em locais altos que apresentarem necessidade de uso de escadas, andaimes e/ou outros acessórios para este tipo de atividade;

3.2.4. Realizar a instalação de suporte de aço galvanizado, do tipo mão-francesa ou similar, para a condensadora (unidade externa), nos casos em que for necessária (instalação suspensa), seguindo orientações do fabricante. O suporte deve ser dimensionalmente compatível com a unidade externa e integralmente pintado de branco, além de garantir estabilidade e resistência estrutural;

3.2.5. Realizar a instalação da condensadora (unidade externa), em superfície nivelada ou em suporte, e devida fixação fazendo uso de parafusos, coxins de borracha e porcas, de acordo com recomendações do fabricante;

3.2.6. Realizar a instalação da evaporadora (unidade interna) e sua devida fixação através de parafusos e buchas plásticas, conforme orientações do fabricante. Para este procedimento, fazer uso do gabarito de instalação da evaporadora, nos casos em que este for disponibilizado pelo fabricante;

3.2.7. Executar a interligação da evaporadora (unidade interna) com a condensadora (unidade externa) através de tubulações flexíveis de cobre, incluindo todas as conexões necessárias, respeitando os comprimentos mínimo e máximo e obedecendo aos diâmetros indicados pelo fabricante dos aparelhos. A rede frigorígena deve ser executada de acordo com a boa técnica corrente e conforme o manual do fabricante, empregando-se traçado conveniente, de modo a assegurar alimentação apropriada de refrigerante à evaporadora e proteção aos compressores. A trajetória definida para a tubulação deve também prever baixa perda de carga e baixo nível de vibração, além de evitar o acúmulo de óleo lubrificante em qualquer trecho, perdas de óleo lubrificante do compressor e penetração do fluido refrigerante, em fase líquida, no cárter do compressor;

3.2.8. Realizar a instalação de tubulação (mangueria cristal) para drenagem na evaporadora (unidade interna), direcionada segundo orientações do fabricante. Tratando-se de aparelho com ciclo reverso (quente-frio) ou de instalações onde a condensadora fique suspensa, também deve ser instalada tubulação para drenagem na condensadora (unidade externa);

- 3.2.9.** Realizar o isolamento térmico das tubulações de cobre e de drenagem, com tubo blindado (10 mm espessura) em espuma elastomérica recoberta com película protetora resistente a UV, intempéries e impactos. A película protetora pode já vir aderida à superfície do tubo fornecido ou ser obtida através de pintura com tinta específica para tal finalidade. Os tubos de cobre das linhas de líquido e de gás devem ser isolados separadamente;
- 3.2.10.** Executar a interligação elétrica da evaporadora (unidade interna) com a condensadora (unidade externa) através de cabos elétricos PP (contendo a via de aterramento), seguindo as recomendações do fabricante quanto ao esquema elétrico e às bitolas a serem empregadas;
- 3.2.11.** Executar o acabamento com fita vinílica de cor branca, envolvendo as tubulações de cobre, os cabos elétricos e a tubulação de drenagem;
- 3.2.12.** Promover a fixação das tubulações aparentes nas paredes através de meias-abraçadeiras de aço, parafusos e buchas plásticas;
- 3.2.13.** Realizar as operações de furação em alvenaria (para passagem da tubulação) ou, quando necessárias, operações de corte (rasgo) em alvenaria, de acordo com as instruções do fabricante e da Fiscalização;
- 3.2.12.** Realizar o teste de detecção de vazamentos (procedimento de evacuação, pressurização das tubulações com nitrogênio e aplicação de espuma em sua área externa, incluindo válvulas e conexões), nos casos em for necessário (uso de solda nas tubulações);
- 3.2.13.** Realizar a liberação do gás refrigerante para a tubulação (após novo procedimento de evacuação) e, quando necessário, carregamento adicional de refrigerante R22, R410a ou equivalente, seguindo orientações do fabricante (verificação da pressão do refrigerante na tubulação);
- 3.2.14.** Realizar o teste de funcionamento do aparelho e avaliação de seu desempenho, observando as condições exigidas para sua partida inicial e seguindo as orientações fornecidas pelo fabricante;
- 3.2.15.** Remover todos os detritos e restos de materiais gerados durante o serviço de instalação e realizar limpeza periódica e final no local do serviço, envolvendo pisos, paredes, tetos, portas, janelas e vidros, além de móveis e equipamentos que apresentem sujeira oriunda do serviço contratado.
- 3.2.16.** Os aparelhos de ar condicionado a serem instalados serão fornecidos pela contratante, conforme relação constante no Apêndice I deste Termo de Referência, na qual estão especificadas as marcas e as respectivas quantidades dos equipamentos. A contratada deverá realizar a instalação observando, obrigatoriamente, as orientações e especificações técnicas contidas nos manuais de instalação de cada fabricante

3.3. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

3.3.1. Serviços de Instalação de Ar Condicionado.

3.3.1.1. Instalação de aparelho condicionador de ar do tipo SPLIT HI-WALL, com capacidade de 9.000 BTU/h, ciclo FRIO ou QUENTE/FRIO. A instalação compreende a interligação entre a unidade evaporadora e a condensadora, utilizando tubulação flexível de cobre com espessura mínima de 0,8 mm, diâmetros de 3/8" para a linha de sucção (gás) e de 1/4" para a linha de líquido e comprimento de 3 m para cada linha, tubo blindado em polietileno expandido com espessura de 10 mm, diâmetros internos de 3/8" e 1 1/4" e comprimento de 3 m para cada diâmetro (recoberto com película protetora resistente a UV, intempéries e impactos), mangueira cristal em PVC para drenagem de comprimento de até 5 m, cabo elétrico PP flexível para interligação evaporadora-condensadora, com via de aterramento, bitola mínima conforme marca e modelo do equipamento comprimento de 3m. Incluindo suporte em polímero.

3.3.1.2. Instalação de aparelho condicionador de ar do tipo SPLIT HI-WALL, com capacidade de 12.000 BTU/h, ciclo FRIO ou QUENTE/FRIO. A instalação compreende tubulação flexível de cobre com espessura mínima de 0,8 mm, diâmetros de 1/2" para a linha de sucção (gás) e de 1/4" para a linha de líquido e comprimento de 3 m para cada linha, tubo blindado em polietileno expandido com espessura de 10 mm, diâmetros internos de 1/2" e 1/4" e comprimento de 3 m para cada diâmetro (recoberto com película protetora resistente a UV, intempéries e impactos), mangueira cristal em PVC para drenagem de comprimento de até 5 m, cabo elétrico PP flexível para interligação evaporadora-condensadora, com via de aterramento, bitola mínima conforme marca e modelo do equipamento comprimento de 3m. Incluindo suporte em polímero.

3.3.1.3. Instalação de aparelho condicionador de ar do tipo SPLIT HI-WALL, com capacidade de 18.000 BTU/h, ciclo FRIO ou QUENTE/FRIO. A instalação compreende tubulação flexível de cobre com espessura mínima de 0,8 mm, diâmetros de 1/2" para a linha de sucção (gás) e de 1/4" para a linha de líquido e comprimento de 3 m para cada linha, tubo blindado em polietileno expandido com espessura de 10 mm, diâmetros internos de 1/2" e 1/4" e comprimento de 3 m para cada diâmetro (recoberto com película protetora resistente a UV, intempéries e impactos), mangueira cristal em PVC para drenagem de comprimento de até 5 m, cabo elétrico PP flexível para interligação evaporadora-condensadora, com via de aterramento, bitola mínima conforme marca e modelo do equipamento comprimento de 3m. Incluindo suporte em polímero.

3.3.1.4. Instalação de aparelho condicionador de ar do tipo SPLIT HI-WALL, com capacidade de 24.000 BTU/h, ciclo FRIO ou QUENTE/FRIO. A instalação compreende tubulação flexível de cobre com espessura mínima de 0,8 mm, diâmetros de 5/8" para a linha de sucção (gás) e de 3/8" para a linha de líquido e comprimento de 3 m para cada linha, tubo blindado em polietileno expandido com espessura de 10 mm, diâmetros internos de 5/8" e 3/8" e comprimento de 3 m para cada diâmetro (recoberto com película protetora

resistente a UV, intempéries e impactos), mangueira cristal em PVC para drenagem de comprimento de até 5 m, cabo elétrico PP flexível para interligação evaporadora-condensadora, com via de aterramento, bitola mínima conforme marca e modelo do equipamento comprimento de 3m. Incluindo suporte em aço galvanizado e pintado de branco.

3.3.1.5. Instalação aparelho condicionador de ar do tipo SPLIT CASSETE, com capacidade de 36.000 BTU/h, ciclo FRIO. A instalação compreende tubulação flexível de cobre com espessura mínima de 0,8 mm, diâmetros de 3/4" para a linha de sucção (gás) e de 3/8" para a linha de líquido e comprimento de 3 m para cada linha, tubo blindado em polietileno expandido com espessura de 10 mm, diâmetros internos de 3/4" e 3/8 e comprimento de 3 m para cada diâmetro (recoberto com película protetora resistente a UV, intempéries e impactos), mangueira cristal em PVC para drenagem de comprimento de até 5 m, cabo elétrico PP flexível para interligação evaporadora-condensadora, com via de aterramento, bitola mínima conforme marca e modelo do equipamento comprimento de 3m. Incluindo suporte em aço galvanizado e pintado de branco.

3.3.1.6. Instalação aparelho condicionador de ar do tipo SPLIT PISO-TETO, com capacidade de 48.000 BTU/h, ciclo FRIO. A instalação compreende tubulação flexível de cobre com espessura mínima de 0,8 mm, diâmetros de 5/8" para a linha de sucção (gás) e de 3/8" para a linha de líquido e comprimento de 3 m para cada linha, tubo blindado em polietileno expandido com espessura de 10 mm, diâmetros internos de 5/8" e 3/8" e comprimento de 3 m para cada diâmetro (recoberto com película protetora resistente a UV, intempéries e impactos), mangueira cristal em PVC para drenagem de comprimento de até 5 m, cabo elétrico PP flexível para interligação evaporadora-condensadora, com via de aterramento, bitola mínima conforme marca e modelo do equipamento comprimento de 3m. Incluindo suporte em aço galvanizado e pintado de branco

3.3.1.7. Instalação aparelho condicionador de ar do tipo SPLIT PISO-TETO, com capacidade de 60.000 BTU/h, ciclo FRIO. A instalação compreende tubulação flexível de cobre com espessura mínima de 0,8 mm, diâmetros de 3/4" para a linha de sucção (gás) e de 7/8" para a linha de líquido e comprimento de 3 m para cada linha, tubo blindado em polietileno expandido com espessura de 10 mm, diâmetros internos de 3/4" e 7/8" e comprimento de 3 m para cada diâmetro (recoberto com película protetora resistente a UV, intempéries e impactos), mangueira cristal em PVC para drenagem de comprimento de até 5 m, cabo elétrico PP flexível para interligação evaporadora-condensadora, com via de aterramento, bitola mínima conforme marca e modelo do equipamento comprimento de 3m. Incluindo suporte em aço galvanizado e pintado de branco.

3.3.2. Serviços Complementares.

3.3.2.1. Interligação evaporadora-condensadora (tubulações de cobre (2 linhas - líquido e sucção 3/8" E 1/4"), tubo blindado em polietileno expandido, cabo elétrico PP flexível e revestimento em fita vinílica), por metro necessário acima do comprimento mínimo especificado (3 m).

3.3.2.2. Interligação evaporadora-condensadora (tubulações de cobre (2 linhas - líquido e sucção 1/2" E 1/4"), tubo blindado em polietileno expandido, cabo elétrico PP flexível e revestimento em fita vinílica), por metro necessário acima do comprimento mínimo especificado (3 m).

3.3.2.3. Interligação evaporadora-condensadora (tubulações de cobre (2 linhas - líquido e sucção 3/4" E 3/8"), tubo blindado em polietileno expandido, cabo elétrico PP flexível e revestimento em fita vinílica), por metro necessário acima do comprimento mínimo especificado (3 m).

3.3.2.4. Interligação evaporadora-condensadora (tubulações de cobre (2 linhas - líquido e sucção 5/8" E 3/8"), tubo blindado em polietileno expandido, cabo elétrico PP flexível e revestimento em fita vinílica), por metro necessário acima do comprimento mínimo especificado (3 m).

3.3.2.5. Compreende o aluguel de cadeiras suspensas em aço galvanizado, estas ferramentas de trabalho devem ser utilizadas em trabalhos em altura, proporcionando acesso seguro a áreas elevadas, como fachadas de edifícios e estruturas similares. As cadeiras suspensas deverão ser disponibilizadas com todos os dispositivos de segurança necessários, incluindo cintos de segurança, cordas, mosquetões e demais itens requeridos para garantir a integridade dos trabalhadores durante sua utilização. Além disso, as cadeiras serão fabricadas em aço galvanizado, proporcionando uma boa resistência em ambientes externos. Destaca-se que a Contratada deve assumir todos os custos relativos ao aluguel destes equipamentos

3.3.3. Materiais de consumo - Insumo

3.3.3.1. Representa ônus da Contratada a disponibilização, livre de qualquer pagamento adicional, de todo MATERIAL DE CONSUMO E LIMPEZA destinado a viabilizar os trabalhos dos profissionais envolvidos na execução do objeto contratual, bem como imprescindíveis à execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva a exemplo de, mas não se limitando a cabos elétricos de qualquer tipo, álcool, água destilada, óleos lubrificantes, detergentes, sabões, vaselina, estopas, panos, palha de aço, utensílios e produtos químicos de limpeza, graxas e desengraxantes, desincrustantes, produtos anti-ferrugem, WD40, solventes, materiais de escritório, fitas isolantes, fitas teflon veda rosca, colas e adesivos para tubos de PVC, epóxi, colas Araldite e Super Bonder, Durepoxi, pilhas para lanterna e buchas de nylon, lixas, escovas de aço e nylon, massa de vedação, material de soldagem, brocas, oxigênio, nitrogênio, acetileno e outros similares (as marcas anteriormente indicadas são meros exemplos, aceitando-se produtos similares de outras marcas). Desse modo, a Contratada deverá obrigatoriamente considerar os correspondentes custos na composição e formação do preço ofertado.

3.3.4. Relação de máquinas, equipamentos e utensílios a serem utilizados

3.3.4.1. A Contratada deverá fornecer máquinas, equipamentos, ferramentas, instrumentos, transporte e tudo mais que for essencial para a execução e a conclusão dos serviços, sejam eles definitivos ou temporários. Também estão inclusos os procedimentos legais necessários a execução do serviço e os custos correspondentes dessas operações (emissão de notas fiscais, seguros, etc.) devendo estar embutidos nos respectivos custos unitários.

3.3.4.2. A Contratada deverá identificar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração. Será de inteira responsabilidade da Contratada a guarda dos materiais e equipamentos utilizados na execução dos serviços. Nenhum material pode ser depositado em áreas em uso pela UFSC a não ser de forma transitória e com autorização dos responsáveis pela área.

3.3.5. Legislação pertinente

3.3.5.1. Os serviços a serem executados devem atender às seguintes normas, suas atualizações, bem como às demais legislações concernentes que estejam ou venham a se tornar vigentes ao longo da prestação de serviços:

3.3.5.1.1. De acordo com a ABNT:

- a) NBR 16401/2008 – Instalações de ar condicionado – Sistemas centrais e unitários (Partes 1, 2 e 3);
- b) NBR 14679/2012 – Sistemas de condicionamento de ar e ventilação – Execução de serviços de higienização;
- c) NBR 13971/2014 – Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar e ventilação – Manutenção programada;
- d) NBR 15848/2010 – Sistemas de ar condicionado e ventilação – Procedimentos e requisitos relativos às atividades de construção, reformas, operação e manutenção das instalações que afetam a qualidade do ar interior (QAI);
- e) NBR 7256/2021 - Tratamento de ar em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS) – Requisitos para projeto e execução das instalações;
- f) NBR 10080/1987 - Instalações de Ar Condicionado para Salas de Computadores;
- g) NBR 16644-3/2009 – Salas limpas e ambientes controlados associados – Parte 3: Métodos de ensaio;
- h) NBR 14518/2020 - Sistemas de ventilação para cozinhas profissionais;
- i) NBR 15220-2/2008 - Desempenho térmico de edificações – Parte 2;
- j) NBR 10152/2017 - Níveis de Ruído para Conforto Acústico;
- k) NBR 12179/1992 - Tratamento Acústico em Recintos Fechados;
- l) NBR 16890-1/2018 - Filtros de ar para ventilação em geral – Parte 1: Especificações técnicas, requisitos e sistema de classificação baseado na eficiência do material particulado (ePM);
- m) NBR 16101/2012 - Filtros para partículas em suspensão no ar – Determinação da eficiência para filtros grossos, médios e finos;
- n) 29463-1/2014 - Filtros e meios filtrantes de alta eficiência para remoção de partículas no ar – Parte 1: Classificação, ensaio de desempenho e identificação;
- o) NBR 5410/2004 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- p) NBR 5462/1994 – Confiabilidade e manutenibilidade;
- q) NBR 16098/2012 - Aparelho para melhoria da qualidade da água para consumo humano – Requisitos e métodos de ensaio;
- r) NBR 16236/2013 - Aparelho de fornecimento de água para consumo humano com refrigeração incorporada – Requisitos de desempenho;
- s) NBR 16186/2013 - Refrigeração comercial, detecção de vazamentos, contenção e fluido frigorífico, manutenção e reparos;
- t) Todas as NBR associadas a condicionadores de ar, refrigeradores e aparelhos similares de uso doméstico.

3.3.5.1.2. De acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e do Emprego:

- a) NR 1: Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais;
- b) NR 6: Equipamento de Proteção Individual (EPI);
- c) NR 9: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA;
- d) NR 10: Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
- e) NR 11: Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais;
- f) NR 12: Máquinas e equipamentos;
- g) NR 15: Atividades e operações insalubres;
- h) NR 16: Atividades e operações perigosas;
- i) NR 17: Ergonomia;
- j) NR 26: Sinalização de segurança;
- k) NR 28: Fiscalização e penalidades;
- l) NR 35: Trabalho em altura.

3.3.5.1.3. Demais leis e normativos

- Lei Federal 13.589/2018 – Manutenção de instalações e equipamentos de climatização de ambientes.
- Lei Federal 6.437/1997 – Lei de infração sanitária.
- Portaria 3.523/1998 (Ministério da Saúde).
- Resolução nº 09/2003 (ANVISA).
- Resoluções CONAMA nº 340/2003, nº 003/1990 e nº 267/2000.
- Resolução nº 068/2019 – CFT.
- Portaria nº 2.296/1997 - Manual de Obras Públicas – Edificações – Práticas da SEAP: Manutenção - Anexo 3, subitens 2.6.3 e 2.6.4.
- Demais Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais aplicáveis, assim como Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA – CONFEA vigentes.

3.5. Vistoria Técnica:

3.5.1. Caso o licitante tenha o interesse em obter maiores detalhes a respeito das peculiaridades do local onde será executado o serviço, destaca-se que conforme segue, será concebida a realização de **visita técnica facultativa**.

3.5.2. A visita técnica ao local onde será executado o objeto da contratação é de natureza facultada aos interessados na disputa do certame licitatório; todavia, para aqueles que desejarem fazê-la, caberá atender às seguintes regras:

3.5.2.1. Mediante agendamento prévio **exclusivamente pelo e-mail**:

3.5.2.2. Nenhuma visita técnica será realizada sem a confirmação de seu agendamento, por e-mail, por parte do setor responsável.

3.5.2.3. A vistoria técnica será acompanhada por um dos servidores definidos abaixo:

Lote 01- Campus Florianópolis			
Nome	E-mail	Setor	Telefone
José Fabris	j.fabris@ufsc.br	DMPI	(48) 3721-3846
Ramon Melo	ramon.melo@ufsc.br	DMPI	(48) 3721-5972

3.5.2.4. Local onde ocorrerá a prestação dos serviços:

Lote 01 – Campus Florianópolis:

- Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima: Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88040-900.
- Centro de Ciências Agrárias (CCA): Rodovia Admar Gonzaga, 1346, Itacorubi, Florianópolis/SC, CEP 88034- 000.
- Centro de Ciências Agrárias (CCA): Servidão Caminho do Porto, S/N - fundos, Itacorubi, Florianópolis/SC, CEP 88034-257.
- LAPAD: Rodovia Francisco Thomaz Dos Santos, 3532, Armação do Pântano Do Sul, Florianópolis/SC, CEP 88066-260.
- Laboratórios na Barra da Lagoa: Serv. Beco dos Coroas, 503 - Barra da Lagoa, Florianópolis/SC, CEP 88061- 600.
- LMM em Sambaqui: Rod. Gilson da Costa Xavier, 2932 - Sambaqui, Florianópolis/SC, CEP 88051-000.
- Fazenda Experimental da Ressacada: Rua José Olímpio da Silva 1326 - Tapera, Florianópolis/SC, CEP 88049- 500.
- TV UFSC: Rua Dom Joaquim, 757, Centro, CEP 88015-310 e Av. do Antão, 1884, Altos do Morro da Cruz, CEP 88025-150, ambos Florianópolis/SC.
- Cidade das Abelhas: Rodovia Virgílio Várzea, s/n, Saco Grande, Florianópolis/SC.
- Unidade de Conservação Ambiental do Desterro - UCAD: Rodovia SC-401, Km 06 (Altura do Viaduto de Cacupé), Florianópolis/SC, CEP 88032-005.

3.5.2.5. As visitas técnicas serão realizadas em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, e serão acompanhadas por um servidor da UFSC, que assinará a declaração de visita técnica, conforme modelo anexo ao Edital

3.5.2.6. O prazo para a realização da visita técnica iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a realização do certame (abertura da sessão pública).

3.5.3. Ainda que opte por não realizar a visita, deve ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato, não podendo utilizar da opção pela não visita para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Contratante, conforme modelo anexo ao Edital.

4. Modelo de Execução do Objeto

4.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

4.1.1. A execução dos serviços seguirá os seguintes métodos, rotinas e procedimentos:

- a) Os métodos, rotinas e procedimentos encontram-se pormenorizados no tópico Descrição da solução como um todo no item 3 deste Termo de Referência.
- b) As Ordens de Serviço referentes às instalações devem ser atendidas conforme agendamento prévio com a Fiscalização.

4.1.2. A execução dos serviços seguirá o cronograma de trabalho que será definido posteriormente em conjunto com a contratada.

4.1.3. Início da execução dos serviços: 5 (cinco) dias úteis da emissão da ordem de serviço emitida pelo gestor ou fiscalização do contrato, conforme Apêndice II.

4.1.4. Local da prestação dos serviços:

Lote 01 – Campus Florianópolis:

- a) Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima: Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88040-900.
- b) Centro de Ciências Agrárias (CCA): Rodovia Admar Gonzaga, 1346, Itacorubi, Florianópolis/SC, CEP 88034- 000.
- c) Centro de Ciências Agrárias (CCA): Servidão Caminho do Porto, S/N - fundos, Itacorubi, Florianópolis/SC, CEP 88034-257.
- d) LAPAD: Rodovia Francisco Thomaz Dos Santos, 3532, Armação do Pântano Do Sul, Florianópolis/SC, CEP 88066-260.
- e) Laboratórios na Barra da Lagoa: Serv. Beco dos Coroas, 503 - Barra da Lagoa, Florianópolis/SC, CEP 88061- 600.
- f) LMM em Sambaqui: Rod. Gilson da Costa Xavier, 2932 - Sambaqui, Florianópolis/SC, CEP 88051-000.
- g) Fazenda Experimental da Ressacada: Rua José Olímpio da Silva 1326 - Tapera, Florianópolis/SC, CEP 88049- 500.
- g) TV UFSC: Rua Dom Joaquim, 757, Centro, CEP 88015-310 e Av. do Antão, 1884, Altos do Morro da Cruz, CEP 88025-150, ambos Florianópolis/SC.
- h) Cidade das Abelhas: Rodovia Virgílio Várzea, s/n, Saco Grande, Florianópolis/SC.
- i) Unidade de Conservação Ambiental do Desterro - UCAD: Rodovia SC-401, Km 06 (Altura do Viaduto de Cacupé), Florianópolis/SC, CEP 88032-005.
- j) Unidade Sul da Ilha: Rua José Olímpio da Silva 1069, Bairro Tapera, Florianópolis/SC, CEP 88049-500.

4.1.4.1. O local de prestação dos serviços poderá sofrer alterações conforme necessidade da administração, respeitados o município do lote, sem qualquer ônus à contratante.

4.1.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios com a qualidade e em quantidade adequadas, promovendo sua substituição quando necessário:

4.1.5.1. A contratada deverá fornecer as ferramentas, materiais e utensílios conforme demanda de trabalho, cabendo a contratada dimensionar a quantidade de ferramentas em função do número de equipes necessárias para a execução dos serviços.

4.1.5.2. Segue lista exemplificativa de equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para execução dos serviços, não ficando restrita aos itens apresentados: ferramentas em geral, equipamentos diversos, aparelhos de medição, materiais consumíveis, materiais de limpeza e peças ou materiais de reposição de pequena monta empregados nos serviços de manutenção, promovendo sua substituição quando necessário, tais como: lixas, produtos antiferrugem, produtos de limpeza em geral, sabões, desengraxantes, detergentes, produtos para limpeza dos equipamentos e desincrustantes (devidamente registrados no Ministério da Saúde para tal finalidade), estopas, panos, palha de aço, solventes, querosene, fita isolante, veda-rosca, colas e adesivos para tubos de PVC, colas, tinta, pilhas, baterias, materiais de escritório, anilhas, conector terminal (compressão e pressão), abraçadeiras de nylon, arruelas, porcas, buchas, pregos, pincéis, parafusos, brocas, terminais elétricos e chave seletoras, equipamento de solda, gases como oxigênio, nitrogênio e acetileno, materiais de solda (para tubulação de cobre), óleos e graxas utilizados na lubrificação de mancais, cortadores de tubos, flangeadores, ferramentas manuais em geral, bombas de vácuo, vacuômetros, termômetros, manifolds, motores elétricos e compressores, alicates amperímetros, furadeiras elétricas, escadas, mangueiras, tubos de cobre e isolamentos térmicos utilizados para a recomposição do sistema, entre outros materiais necessários à execução dos serviços, os quais deverão ser de primeira qualidade e estar em perfeitas condições de uso. A Contratada deverá assumir toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos itens citados.

4.1.6. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar, aos seus colaboradores, os equipamentos de proteção individual e coletivo que se fizerem necessários para a execução dos serviços.

4.2. A Contratada deverá manter preposto, sempre que necessário, nos locais de prestação de serviço, aceito pela Contratante, para representar a Contratada na execução do contrato.

4.2.1. A Contratada deverá apresentar o **Termo de nomeação de preposto**, ao fiscal do contrato, conforme apêndice do Termo de Contrato, em até 24 horas antes do início da prestação dos serviços.

4.3. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.3.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.4. Das Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:

4.4.1. A licitante deverá atentar para as seguintes informações relevantes e indispensáveis para o correto dimensionamento da proposta:

4.4.1.1. A quantidade de instalações de aparelhos de ar condicionado prevista neste processo decorre diretamente do quantitativo de equipamentos adquiridos por meio do Pregão Eletrônico nº 90038/2025, vinculado ao processo digital nº 23080.064454/2024-47. Ressalta-se, contudo, que tal previsão não assegura a utilização integral desse quantitativo, uma vez que a efetiva instalação dependerá das demandas reais das unidades solicitantes, das condições técnicas dos locais e da confirmação de necessidade por parte dos setores responsáveis.

4.4.1.2. A disponibilização de equipe técnica para execução dos serviços deve ser de responsabilidade da Contratada, assim como o seu dimensionamento.

4.4.1.3. O dimensionamento da equipe técnica deve garantir o perfeito atendimento às exigências no presente Termo de Referência, tanto em suas características técnicas, quanto aos quantitativos apresentados.

4.4.1.4. Devem ficar a cargo da Contratada todos os custos relativos à hospedagem e ao deslocamento dos seus técnicos, assim como o acondicionamento, embalagem, transporte e demais procedimentos relacionados ao fornecimento de dispositivos, peças e materiais.

4.4.1.5. A Contratada deve possuir equipamentos, instrumentos e ferramentas de uso específico, suficientes e apropriados para a realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em todos os sistemas de climatização constantes deste Termo de Referência, oferecendo toda a segurança aos seus empregados e aos usuários da instituição onde deve prestar os serviços.

5. Critérios de Medição do Pagamento

5.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme previsto no Apêndice III deste Termo de Referência, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

5.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

5.2. Será indicada a retenção ou desconto no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.2.1. Não produziu os resultados acordados,

5.2.2. Deixou de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

5.2.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.3. O procedimento de avaliação dos serviços será realizado periodicamente pelos fiscais do contrato, com base na Meta a Cumprir, Instrumento de Medição, Forma de Acompanhamento e Periodicidade de cada indicador estabelecido.

5.4. Serão 2 (dois) indicadores distintos a serem avaliados, cada um com seu respectivo Mecanismo de Cálculo e respectivas Faixas de Ajuste no Pagamento, **que serão somados**, formando a glosa total que será aplicada no pagamento de todas as ordens de serviço do período:

INDICADOR	MECANISMO DE CÁLCULO	FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO
1	(Nº de Ordens de Serviço executadas e/ou justificadas, com formalização aceita pela fiscalização) =X (Total de Ordens de Serviço concluídas no período)	X = 1 → 0% de desconto do valor da Ordem de Serviço 0,75 ≤ X < 1 → 2% de desconto do valor da Ordem de Serviço 0,5 ≤ X < 0,75 → 4% de desconto do valor da Ordem de Serviço X < 0,50 → 6% de desconto do valor da Ordem de Serviço
2	Nº de comunicações respondidas) Nº (Total de comunicações estabelecidas) =Y	Y = 1 → 0% de desconto do valor da Ordem de Serviço 0,75 ≤ Y < 1 → 1% de desconto do valor da Ordem de Serviço 0,5 ≤ Y < 0,75 → 2,0% de desconto do valor da Ordem de Serviço X < 0,50 → 3% de desconto do valor da Ordem de Serviço

5.4.1. Os serviços serão considerados insatisfatórios se a empresa ultrapassar o limite da última faixa de ajuste no pagamento de qualquer indicador (es), ficando a Contratada sujeita às penalidades previstas no ato convocatório.

5.4.2. O redimensionamento do pagamento respeitará o **limite máximo de 10%**.

5.4.3. Os serviços serão considerados insatisfatórios se a empresa atingir os descontos máximos em um ou mais indicadores, ficando a Contratada sujeita às penalidades previstas no Edital e seus anexos.

5.4.4. O não atendimento das metas, por ínfima diferença, poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação.

5.4.5. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela Contratante, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da empresa.

5.4.6. A critério da Contratante, a Contratada poderá ser penalizada com a rescisão contratual nas seguintes condições:

5.4.6.1. Em caso de reincidência de falhas penalizadas com o desconto máximo possível, em qualquer indicador, por mais de 3 (três) vezes durante a vigência deste contrato ou a cada prorrogação, se houver;

5.4.6.2. Em caso de reincidência de falhas penalizadas com o desconto máximo possível, em um mesmo indicador, por 3 (três) vezes consecutivas.

5.5. O detalhamento quanto ao regramento para o processamento do pagamento devido à contratada apresenta-se definido na minuta do contrato em anexo ao ato convocatório.

6. Critérios de Seleção do Fornecedor

6.1. Requisitos para o julgamento da proposta comercial:

6.1.1. O critério de julgamento das propostas será: maior desconto linear sobre a planilha do orçamento referência com agrupamento em lote.

6.2. Regime de Execução

6.2.1. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

6.3. Requisitos para o julgamento da habilitação:

6.3.1. Habilitação Jurídica

6.3.1.1. Os requisitos de habilitação jurídica constam no Edital de Licitação.

6.3.2. Habilitação fiscal, social, trabalhista

6.3.2.1. Os requisitos de habilitação fiscal, social e trabalhista constam no Edital de Licitação.

6.3.3. Habilitação econômico-financeira

6.3.3.1. Os requisitos de habilitação econômico-financeira constam no Edital de Licitação.

6.3.4. Qualificação Técnica

6.3.4.1. Independentemente de cadastro no SICAF, a comprovação da qualificação técnica dar-se-á por meio de:

a.1) Prova de capacidade técnica da empresa, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa executou ou executa serviços de Instalação de aparelhos e ar condicionado tipo split ou piso teto ou cassete de forma adequada, comprovando os seguintes quantitativos:

a.1.1) Para a disputa do lote único: comprovar que executa ou executou tais serviços num montante de 250 instalações.

a.2) Será aceito o somatório de atestados ou declarações para comprovar a capacidade técnica, desde que reste demonstrada a execução concomitante dos serviços e por período não inferior a 1 (um) ano.

a.3) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

a.4) O(s) atestado(s) não necessita(m) ser obrigatoriamente referente(s) ao ano anterior à data da licitação e o prazo de 1 (um) ano não necessita ser obrigatoriamente contado de forma ininterrupta (contínua).

a.5) Não serão aceitos Atestados de Capacidade Técnica emitidos pela própria licitante.

6.3.4.1.1. Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT, ou demais conselhos profissionais competentes em plena validade.

a.1) Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

6.3.4.1.2. Declaração de que, na data da assinatura do contrato, a empresa possuirá credenciamento válido junto às fabricantes dos aparelhos de ar-condicionado fornecidos pela contratante, especificamente: Atrato, Caceair, Vix, Elgin e Philco.

6.3.5. Qualificação Técnico-Profissional

(x) Declaração de que possuirá, na assinatura do contrato, Engenheiro Mecânico ou Técnico Industrial ou outro profissional detentor de outras titulações que comprove atribuições na área de sistemas de climatização, responsável técnico pela execução dos serviços com vínculo com a licitante, respeitando o que segue:

- a) No caso de empregado com vínculo empregatício, o respectivo registro na carteira de trabalho e previdência social, bem como a ficha ou livro de registro de empregados, este último, em conformidade com as normas da Delegacia Regional do Trabalho (DRT);
- b) No caso de sócio da empresa, o respectivo contrato social da empresa devidamente registrado no órgão competente (Cartório de Títulos e Documentos ou Junta Comercial), para fins de se verificar o vínculo com os responsáveis técnicos indicados na Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho de Classe;
- c) No caso de empresário individual titular do estabelecimento ou titular de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, apresentar credenciamento no Conselho Profissional competente autorizando o exercício da profissão.
- d) No caso de contrato de prestação de serviços técnicos, o contrato devidamente firmado entre as partes, com firma reconhecida e registrado em cartório, para vincular a responsabilidade técnica com os profissionais informados na Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho de Classe.

6.3.5.1. A exigência de que a empresa contratada possua capacidade técnica comprovada, bem como profissional habilitado com formação em Engenharia Mecânica, Técnico Industrial ou outra titulação que assegure atribuições compatíveis com a área de sistemas de climatização, justifica-se pela natureza especializada dos serviços de instalação de aparelhos de ar-condicionado dos tipos split hi-wall, piso-teto e cassette.

6.3.5.1.1. Tais sistemas demandam conhecimentos específicos relacionados a:

- análise de carga térmica e adequação do equipamento ao ambiente;
- dimensionamento e instalação correta de linhas frigorígenas, drenos, suportes e sistemas elétricos;
- procedimentos de vácuo, estanqueidade e parâmetros de operação do ciclo frigorífico;
- requisitos normativos aplicáveis (como NBR 5410, NBR 16401 e legislações correlatas);
- garantia de segurança operacional, eficiência energética e longevidade dos equipamentos.

6.3.5.1.2. A presença de profissional devidamente qualificado assegura que todas as etapas de instalação observarão as melhores práticas técnicas e os padrões normativos vigentes, reduzindo riscos de falhas, vazamentos de fluido refrigerante, sobrecarga elétrica, consumo energético excessivo ou danos aos equipamentos e ao patrimônio.

6.3.5.1.3. Além disso, a atuação de responsável técnico habilitado garante a rastreabilidade das atividades realizadas, possibilita a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) quando aplicável e assegura que os procedimentos executados atendam aos critérios de qualidade exigidos pela Administração Pública, promovendo maior segurança, confiabilidade e durabilidade do sistema de climatização instalado.

6.4. Aceitação das Propostas Comerciais:

6.4.1. Como o objeto está sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

6.4.1.1. Valor global: Menor ou igual ao valor estimado pela Administração; e

6.4.1.2. Custos unitários: Menores ou iguais ao valor estimado pela Administração.

6.4.2. A empresa licitante com proposta vencedora, considerada assim após a fase de aceitação, deverá apresentar a planilha com a **identificação do custo individual dos itens e o total** geral para a execução dos serviços, adequados ao preço do último lance ofertado. Formulado em moeda nacional, devendo estar incluídos todos os custos com frete, impostos, seguros, taxas, e quaisquer outras despesas que incidam ou venha a incidir sobre o objeto desta licitação, conforme modelo constante no Apêndice IV.

6.4.3. A empresa deverá apresentar composição do BDI utilizado para obtenção dos preços ofertados, conforme modelo constante no Apêndice V.

6.4.4. As propostas comerciais deverão ser remetidas exclusivamente por meio eletrônico sendo uma versão em pdf e outra em, formato editável, após o encerramento da etapa competitiva no prazo estabelecido pelo pregoeiro.

7. Dos Requisitos de Sustentabilidade

7.1. Em atendimento à Instrução Normativa n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, Art. 6º e ao Guia Nacional de Contratação Sustentáveis da CGU de setembro de 2019 e suas atualizações, a Contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:

Quanto aos materiais e equipamentos utilizados

7.1.1. A Contratada deverá priorizar a utilização de materiais, tecnologias, ferramentas e matérias-primas com critérios de sustentabilidade, que tenham menor impacto ambiental, de origem local, confeccionados a partir de insumos reciclados ou que sejam de fácil reciclagem quando descartados, de fontes renováveis, atóxicos, biodegradáveis, conforme NBR 15.448-1 e NBR 15.448-2.

7.1.2. A Contratada deverá privilegiar a aquisição e o uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água.

7.1.3. A Contratada deverá utilizar, preferencialmente, equipamentos consumidores de energia que apresentem o melhor desempenho sob o ponto de vista energético.

7.1.4. Quando necessário a aquisição de materiais constituídos de metal, a Contratada deverá adquirir preferencialmente aqueles feitos com materiais que possuem tratamento anticorrosivo.

7.1.5. Todos os equipamentos e materiais utilizados deverão estar de acordo com as NBRs, estarem certificados pelo Inmetro, quando essa certificação for compulsória e estarem de acordo com as demais legislações e normas vigentes, o que inclui Anvisa e Ministério do Trabalho.

7.1.6. Com relação aos equipamentos utilizados em instalações energizadas, a Contratada deve seguir o descrito na ABNT NBR 9699.

7.1.7. Todos os materiais feitos a partir de madeira, como tapumes, mesas, esquadrias, devem ser confeccionados a partir de madeira oriunda de áreas de reflorestamento. Se possível, que contenham o selo FSC ou Cerflor.

7.1.8. A Contratada deverá utilizar e conservar adequadamente os equipamentos e utensílios de trabalho, mantendo-os organizados e limpos, além de fazer a manutenção preventiva ou corretiva sempre que for necessário.

7.1.9. A Contratada, quando da utilização de produtos provenientes da extração mineral, deve assegurar-se de que a empresa fornecedora utilize produtos de empresas licenciadas pelos órgãos ambientais competentes.

7.1.10. Todos os materiais metálicos utilizados deverão passar por tratamento anticorrosivo, a fim de assegurar sua durabilidade e resistência ao desgaste ao longo do tempo.

7.1.11. A Contratada deverá obedecer às recomendações quanto a utilização de substâncias que destroem a camada de ozônio -SDOs, especificados nos anexos A e B do Protocolo de Montreal (promulgado pelo Decreto nº 99.280/90), notadamente CFCs, Halons, CTC e Trocloroetano.

7.1.12. Manter critérios privilegiados para a aquisição e uso de equipamentos, insumos e EPIs que promovam a redução do consumo de água, de energia e de lixo;

Fluidos refrigerantes:

7.1.13. É terminantemente proibida a liberação intencional de substâncias controladas que destroem a camada de ozônio (SDOs) na atmosfera, durante quaisquer atividades de instalação, manutenção, reparo, comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, eliminação ou funcionamento de equipamentos de climatização, conforme Resolução CONAMA nº 340/2003 e Protocolo de Montreal.

7.1.14. Nos processos de retirada de fluidos refrigerantes dos equipamentos, a Contratada deverá garantir que todas as substâncias controladas sejam recolhidas de forma apropriada, utilizando equipamentos adequados, e destinadas exclusivamente a centros licenciados de regeneração e/ou incineração.

7.1.15. É obrigatória a retirada integral de todo residual de gases refrigerantes de embalagens, cilindros e acessórios antes de sua destinação final, sendo vedado qualquer descarte irregular.

7.1.18. Todos os fluidos refrigerantes deverão ser acondicionados em recipientes adequados, certificados e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, sendo proibido o uso de recipientes improvisados ou inadequados.

7.1.16. É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não atendam às normas vigentes, bem como qualquer outro tipo de vasilhame não autorizado para o armazenamento, transporte ou recolhimento de SDOs.

7.1.17. Durante manutenção, reparo, recarga ou quaisquer intervenções que exijam a retirada de fluidos refrigerantes, é proibida a liberação dessas substâncias na atmosfera, devendo o fluido ser recolhido mediante equipamento de coleta apropriado e armazenado em recipientes adequados, conforme diretrizes da Resolução CONAMA nº 340/2003.

7.1.18. A Contratada deverá efetuar o recolhimento e a destinação ambientalmente adequada do óleo lubrificante usado ou contaminado, bem como de seus resíduos e embalagens, conforme artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e Resolução CONAMA nº 362/2005.

Práticas de Sustentabilidade.

7.1.19. A Contratada, quando dentro do ambiente Universitário, deverá adotar as práticas de sustentabilidade estabelecidas pela Contratante.

7.1.20. Repassar aos seus funcionários as informações recebidas pela Contratante a respeito dos programas de uso racional dos recursos, programas de sustentabilidade e campanhas educativas, sendo dever dos funcionários da Contratada segui-los, quando dentro da Instituição.

7.1.21. Instruir seus funcionários a fazer o uso racional de energia elétrica e de água na realização dos seus serviços por meio da adoção de medidas para evitar o desperdício e dar preferência a equipamentos que promovam a redução do consumo.

7.1.22. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003.

7.1.23. É desejável que a Contratada tenha a certificação ABNT NBR ISO 14000, que especifica os requisitos de um Sistema de Gestão Ambiental e permite a uma organização desenvolver uma estrutura para a proteção do meio ambiente e rápida resposta às mudanças das condições ambientais;

Informações que devem ser repassadas

7.1.24. Informar à contratante sobre pontos de água parada que podem ser criadouros do mosquito Aedes aegypti, extinguindo-os sempre que possível.

7.1.24.1. Se na realização do serviço for possível a eliminação desse ponto de água parada, a Contratada deve se responsabilizar para removê-lo. Caso não seja possível o fiscal do Contrato deve ser imediatamente avisado.

7.1.25. A Contratada deverá instruir seus funcionários a avisar o fiscal do Contratado a respeito de:

7.1.25.1. A existência de qualquer tipo de falha estrutural ou equipamentos danificados;

7.1.25.2. A existência de vazamentos de água, esgoto ou defeito na iluminação sempre que forem constatados dentro da sua área de atuação;

7.1.25.3. A presença de animais sinantrópicos nocivos encontrados na realização do serviço;

7.1.25.4. Sempre que observar degradação não permitida de áreas verdes e de qualquer patrimônio da universidade;

7.1.25.5. Notar qualquer indício de sobrecarga do sistema elétrico.

7.1.26. A Contratada deve, quando executar serviços que impliquem em desligamento de energia, que possam comprometer o normal funcionamento dos serviços acadêmicos e administrativos, realizá-los, preferencialmente, em dias e/ou horários em que não houver expediente, mediante anuência da Fiscalização do Contrato.

7.1.27. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

Como se portar

7.1.28. Instruir os funcionários da Contratada a respeitar todos os servidores e demais membros comunidades universitária, jamais propagando discriminação de raça, gênero, religião, orientação sexual ou deficiência, tratando todos de maneira isonômica.

7.1.29. Instruir seus funcionários sobre a correta utilização dos equipamentos de combate a incêndio disponíveis no local da prestação dos serviços, considerando as medidas de prevenção de incêndios dispostas na Legislação Estadual e a Norma Regulamentadora MT nº 23, de 8 de junho de 1978.

7.1.30. Disponibilizar seus prepostos para participarem de treinamentos realizadas pela Contratante para fins de orientações relacionadas a boas práticas ambientais

Copos reutilizáveis

7.1.31. Instruir os funcionários a utilizar os seus próprios recipientes para ingestão de líquidos, e reutilizá-los, a fim de eliminar o uso de recipientes descartáveis na prestação de serviços nas dependências da Contratante.

Áreas de Preservação Permanente

7.1.32. A Contratada deverá observar rigorosamente as Áreas de Preservação Permanente (APPs), os córregos e as áreas verdes da Universidade, em conformidade com a legislação pertinente, especialmente a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Para tanto, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes:

7.1.32.1. Não é permitido depositar resíduos ou materiais em Áreas de Preservação Permanente (APPs), conforme disposto na legislação mencionada.

7.1.32.2. É terminantemente proibido qualquer descarte de resíduos ou efluentes que possam contaminar ou prejudicar a qualidade da água nos córregos adjacentes.

7.1.32.3. O tráfego desnecessário dos equipamentos fora das vias estabelecidas ou dos estacionamentos regulares está proibido, a fim de evitar danos à vegetação e interferências na drenagem natural do ambiente.

7.1.32.4. A instalação de canteiros de obras em áreas de APP constitui crime ambiental e, portanto, está terminantemente proibida.

Resíduos

7.1.33. A Contratada deverá realizar a limpeza do local dos serviços, deixando-o limpo sempre que for finalizada qualquer etapa do serviço.

7.1.34. Responsabilizar-se integralmente pela separação, acondicionamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados pelo serviço, respeitando a legislação vigente, incluindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

7.1.34.1. Os resíduos comuns (rejeito e reciclável) gerados no dia a dia dos funcionários da Contratada (ex: de banheiro, copa e cozinha) poderão ser destinados para o Sistema de Gestão de Resíduos implantados na UFSC conforme orientações desta. Já os resíduos comuns gerados em decorrência da realização do serviço contratado são de responsabilidade da Contratada, que deverá dar a destinação ambientalmente adequada conforme orientações da UFSC.

7.1.34.2. Caso sejam gerados resíduos perigosos, deverão ser destinados de acordo com a RDC ANVISA 306 (Regulamento Técnico para o Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde), CONAMA 358/2005 (Tratamento e disposição final dos Resíduos de Saúde) e Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), bem como demais normativas vigentes sobre o assunto. A destinação final ambientalmente adequada destes deverá ser comprovada à Contratante.

7.1.34.3. Caso sejam gerados resíduos passíveis de Logística Reversa (lâmpadas, óleos, pilhas, baterias, eletroeletrônicos, embalagem de agrotóxicos, entre outros) que possuírem Acordo Setorial, deverá responsabilizar-se em cumprir o disposto na Lei nº 12.305, de 12 de agosto de 2010.

7.1.34.4. Caso sejam gerados resíduos volumosos ou resíduos de construção civil, deverá disponibilizar uma caçamba para que esses resíduos sejam armazenados até o seu recolhimento e destinados de forma ambientalmente adequada.

a) Quando houver necessidade de colocação de caçamba é necessário acordar previamente com a Contratante o melhor local para colocá-la, de forma que não atrapalhe a passagem das pessoas e veículos e não fique em Área de Preservação Permanente.

§ 1º Se houver necessidade de recipientes (sacos, lixeiras, caçambas, caixas) para a coleta dos resíduos gerados pela Contratada, estes são de responsabilidade de aquisição e manutenção da Contratada.

§ 2º Em hipótese alguma qualquer tipo de resíduo gerado nas atividades contratadas poderá ser colocado nos contentores ou caçambas de propriedade da UFSC.

§ 3º A UFSC poderá solicitar a qualquer tempo o Manifesto de Transporte de Resíduos ou certificado de destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados na prestação do serviço.

§ 4º Todas as empresas contratadas para transporte e destinação dos resíduos deverão ser licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, caso a lei assim exija.

§ 5º Em hipótese alguma qualquer tipo de resíduo poderá ser colocado em áreas externas ou internas da UFSC sem a autorização expressa desta.

§ 6º A UFSC não tem participação solidária no gerenciamento dos resíduos sólidos, estes estão totalmente a cargo da responsabilidade da Contratada, inclusive as consequências ou multas dos órgãos ambientais advindas do mau gerenciamento.

§ 7º Caso a destinação dos resíduos não seja realizada de forma adequada, a Contratada estará sujeita às sanções previstas neste edital.

§ 8º A Contratada deverá arcar com os custos dos serviços de coleta e destinação de resíduos sob sua responsabilidade, não disponibilizados pela instituição.

§ 9º Parte superior do formulário A UFSC opte em ficar com algum resíduo essa comunicação será realizada a Contratante e assim deve ser feito.

7.1.35. A Contratada deve instruir os funcionários sobre os procedimentos de triagem e coleta de resíduos, bem como controlar o gerenciamento adequado dos resíduos gerados em suas atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Gestão de Resíduos Sólidos da Contratada e pela legislação vigente.

7.1.36. Os serviços de alocação e recolhimento das caixas estacionárias deverão ser realizados com zelo ao patrimônio da Universidade, às pessoas que circulam nos campi, às árvores existentes no local, áreas de preservação permanente e demais elementos naturais, bem como aos veículos e outros objetos que possam estar na região de prestação dos serviços.

Responsabilidades

7.1.37. Todos os funcionários envolvidos em serviços que possam estar relacionados a parte elétrica e deverão possuir certificação em NR 10 (Norma Regulamentadora 10), conforme especificado no Anexo II da norma correspondente.

7.1.38. Todos os funcionários envolvidos em serviços em altura deverão possuir certificação em NR 35 (Norma Regulamentadora 35).

7.1.38.1. É imprescindível que os certificados das Normas Regulamentadoras sejam apresentados antes do início das atividades, juntamente com a lista dos funcionários designados para executá-las.

7.1.39. A Contratada deve responsabilizar-se por qualquer acidente ambiental decorrente de sua omissão todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com esses, ainda que verificados nas dependências da Contratante.

7.1.40. Comprometer-se a executar o objeto deste contrato em consonância com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, naquilo que couber

8. Das Obrigações da Contratada

8.1. O detalhamento quanto às obrigações da contratada apresentam-se definidos na **minuta do contrato em anexo ao ato convocatório**.

9. Das Obrigações da Contratante

9.1. O detalhamento quanto às obrigações da contratante apresentam-se definidos na **minuta do contrato em anexo ao ato convocatório**.

10. Apêndices deste Termo de Referência

Apêndice I - Relação do Equipamentos a serem fornecidos

Apêndice II - Modelo da Ordem de Serviço

Apêndice III - Formulário de Avaliação IMR

Apêndice IV - Modelo de planilha Orçamentária

Apêndice V - Modelo Composição BDI Empresa

Apêndice VI – Composição BDI UFSC

Apêndice I - Relação dos Equipamentos

Apêndice I - Relação dos Equipamentos a serem fornecidos pela UFSC

Detalhamento	Fabricante	Quant.
AR CONDICIONADO SPLIT HI-WALL, 9.000 BTU/H - INVERTER, CICLO FRIO	AGRATTO	151
AR CONDICIONADO SPLIT HI-WALL 12.000 BTU/H - INVERTER , CICLO FRIO.	AGRATTO	539
AR CONDICIONADO SPLIT HI-WALL,18.000 BTU/H - INVERTER, CICLO FRIO.	AGRATTO	171
AR CONDICIONADO SPLIT HI-WALL 24.000 BTU/H - INVERTER, CICLO FRIO.	CACEAIR	648
AR CONDICIONADO SPLIT HI-WALL 9.000 BTU/H - INVERTER, CICLO REVERSO (QUENTE/FRIO).	AGRATTO	18
AR CONDICIONADO SPLIT HI-WALL 12.000 BTU/H - INVERTER , CICLO REVERSO (QUENTE/FRIO).	AGRATTO	23
AR CONDICIONADO SPLIT HI-WALL18.000 BTU/H - INVERTER, CICLO REVERSO (QUENTE/FRIO).	VIX	26
AR CONDICIONADO SPLIT HI-WALL22.000 a 24.000 BTU/H, CICLO REVERSO (QUENTE/FRIO).	AGRATTO	59
AR CONDICIONADO SPLIT TIPO PISO-TETO 48.000 BTU/H - INVERTER	ELGIN	11
AR CONDICIONADO SPLIT CASSETE 36.000 BTU/H - INVERTER, CICLO FRIO	CACEAIR	17
AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO 54.000 A 60.000 BTU/H - INVERTER, CICLO FRIO.	PHILCO	25

Apêndice II – Mod. da Ordem de Serviço

Apêndice II – Modelo da Ordem de Serviço

Ordem de Serviço Nº	Data:
Contratado:	CNPJ:
Número do Contrato:	Empenho Nº

ITEM	QUANT	UNID	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
GERAL					
VALOR TOTAL					R\$ 0,00
Período de execução:					
Processos ou Solicitações vinculados:					
Responsável pela emissão da Ordem de Serviço					
Nome:			Assinatura/Carimbo:		
Setor:					
Telefone:					
E-mail:					
Responsável pela execução da Ordem de Serviço					
Razão Social:			Assinatura/Carimbo:		
CNPJ:					
Telefone:					
E-mail:					
Endereço:					
Responsável pela avaliação e ateste da Ordem de Serviço					
Nome:			Assinatura/Carimbo:		
Setor:					
Telefone:					
E-mail:					
Observações acerca da avaliação/atesto:					
Data de recebimento:					

Apêndice III – Formulário IMR

Apêndice III - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

(Avaliação da qualidade dos serviços)

INDICADOR Nº 1 – Prazo de atendimento das Ordens de Serviços (OS)	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o atendimento das Ordens de Serviços dentro do prazo estabelecido
Meta a cumprir	100% da execução das OS's programadas ou justificadas (com formalização aceita pela fiscalização)
Instrumentos de medição	OS's Atendidas
Forma de Acompanhamento	Acompanhamento in loco de fiscal do contrato.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	Relação entre o número de ordens de serviço executadas e o número total de ordens de serviço concluídas no período de medição. $X = \frac{\text{Nº de Ordens de Serviço executadas e/ou justificadas, com formalização aceita pela fiscalização}}{\text{Total de Ordens de Serviço concluídas no período}}$
Início de Vigência	Início da execução do contrato.
Faixa de ajuste do Pagamento	$X = 1 \rightarrow 0\%$ de desconto do valor da Ordem de Serviço $0,75 \leq X < 1 \rightarrow 2\%$ de desconto do valor da Ordem de Serviço $0,5 \leq X < 0,75 \rightarrow 4\%$ de desconto do valor da Ordem de Serviço $X < 0,50 \rightarrow 6\%$ de desconto do valor da Ordem de Serviço

INDICADOR Nº 2 – Comunicação	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir eficiência da comunicação entre a Contratante e a Contratada
Meta a cumprir	100% de obediência dentro do prazo estipulado.
Instrumentos de medição	Encaminhamento de resposta ao e-mail de chamado registrando o atendimento dentro do prazo.
Forma de Acompanhamento	Acompanhamento do fiscal do Contrato.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Relação entre o número de comunicações espondidas e o total de comunicações estabelecidas. $Y = \frac{\text{Nº de comunicações respondidas}}{\text{Total de comunicações estabelecidas}}$
Início de Vigência	Início da execução do contrato.
Faixa de ajuste do Pagamento	$Y = 1 \rightarrow 0\%$ de desconto do valor da Ordem de Serviço $0,75 \leq Y < 1 \rightarrow 1\%$ de desconto do valor da Ordem de Serviço $0,5 \leq Y < 0,75 \rightarrow 2,0\%$ de desconto do valor da Ordem de Serviço $Y < 0,50 \rightarrow 3\%$ de desconto do valor da Ordem de Serviço

Apêndice IV - Modelo de planilha Orç.

Apêndice IV - Modelo de planilha Orçamentária

BDI:						
			QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO	TOTAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	ANUAL	MÃO DE OBRA	MATERIAIS	EQUIP.	UNITÁRIO (R\$)	ANUAL (R\$)
1								
2								

Apêndice V – Modelo Composição BDI Empr

Apêndice V – Modelo Composição BDI Empresa

BDI - BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS

Itens de composição do BDI		Percentagem (%) Adotado
AC=ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		
R=RISCOS		
S+G=SEGUROS E GARANTIAS		
DF=DESPESAS FINANCEIRAS		
L=LUCRO		
T=TRIBUTAÇÃO (ISS+PIS+CONFINS+*CPRB)		
BDI=		

CPRB = 0,00% - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECEITA BRUTA

$$BDI = \left(\frac{(1 + AC + S + R + G) \cdot (1 + DF) \cdot (1 + L)}{1 - T} \right) - 1$$

- AC: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
- S: SEGURO
- G: GARANTIAS
- R: RISCOS
- DF: DESPESAS FINANCEIRAS

L: LUCRO
T: TRIBUTAÇÃO
CPRB: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA - UTILIZADA SOMENTE QUANDO HOUVER
DESONERAÇÃO DA MÃO DE OBRA (LEI 13.161/15)

Apêndice VI - Composição BDI UFSC

Apêndice VI - Composição BDI UFSC

Apêndice VII - Planilha Preços de Ref

Apêndice VII - Planilha Preços de Referência

BDI: 20,67%									
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)			PREÇO UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
					MÃO DE OBRA	MATERIAIS	EQUIP.		
		INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT HI-WALL, COM CAPACIDADE DE 9.000 BTU/H, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 3/8" PARA A LINHA DE SUCÇÃO (GÁS) E DE 1/4" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM							

		ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 3/8" E 1/4" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM POLÍMERO.	UN	169	177,44	361,17	-	538,61	91.025,09
1	2020	INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT HI-WALL, COM CAPACIDADE DE 12.000 BTU/H, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 1/2" PARA A LINHA DE SUCÇÃO (GÁS) E							

2	2020	DE 1/4" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 3/8" E 1/4" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM POLÍMERO.	UN	562	177,44	402,08	-	579,52	325.690,24
		INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT HI-WALL, COM CAPACIDADE DE 18.000 BTU/H, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO							

3	2020	TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 1/2" PARA A LINHA DE SUCÇÃO (GÁS) E DE 1/4" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 3 /8" E 1/4" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM POLÍMERO.	UN	197	177,44	402,08	-	579,52	114.165,44
		INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT HI-WALL, COM CAPACIDADE DE 24.000 BTU/H, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO. A							

[illegible]

4	2020	PINTADO DE BRANCO.	UN	707	177,44	700,21	-	877,65	620.498,55
		INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT CASSETE, COM CAPACIDADE DE 36.000 BTU/H, CICLO FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 3/4" PARA A LINHA DE SUCÇÃO (GÁS) E DE 3/8" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 3/4" E 3/8" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO,							

5	2020	BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO E PINTADO DE BRANCO.	UN	17	332,03	789,32	-	1.121,35	19.062,95
		INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT PISO-TETO, COM CAPACIDADE DE 48.000 BTU/H, CICLO FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 5/8" PARA A LINHA DE SUCÇÃO (GÁS) E DE 3/8" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 5/8" E 3/8" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM							

6	2020	DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA- CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO E PINTADO DE BRANCO.	UN	11	332,03	748,78	-	1.080,81	11.888,91
		INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT PISO-TETO, COM CAPACIDADE DE 60.000 BTU/H, CICLO FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 3/4" PARA A LINHA DE SUCÇÃO (GÁS) E DE 7/8" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 3 /4" E 7/8" E COMPRIMENTO							

		DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO E PINTADO DE BRANCO.	UN	25	332,03	897,29	-	1.229,32	30.733,00
7	2020								
		INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUCÇÃO 3/8" E 1 /4"), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M). UNIDADE DE MEDIDA (METRO)	UN	51	22,41	81,48	-	103,89	5.298,39
8	2020								
		INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUCÇÃO 1/2" E 1							

9	2020	/4"), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M). UNIDADE DE MEDIDA (METRO)	UN	228	22,41	95,12	-	117,53	26.796,84
10	2020	INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUCÇÃO 3/4" E 3 /8"), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M). UNIDADE DE MEDIDA (METRO)	UN	26	22,41	134,67	-	157,08	4.084,08
11	2020	INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUCÇÃO 3/4" E 7 /8"), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M). UNIDADE DE MEDIDA (METRO)	UN	38	22,41	170,66	-	193,07	7.336,66

12	2020	INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUCCÃO 5/8" E 3 /8"), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M). UNIDADE DE MEDIDA (METRO)	UN	215	44,82	123,46	-	168,28	36.180,20
13	4049	ALUGUEL DE CADEIRA SUSPENSÃO EM AÇO GALVANIZADO COM TRAVA QUEDAS CONFORME A NR-18, INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM - UNIDADE DE MEDIDA (UNID /DIA)	UN	63	146,48	26,34	113,01	285,83	18.007,29
VALOR TOTAL									1.310.767,64

1. Versão do Documento

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Atualização: dezembro/2023 Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação Modelo para Pregão Eletrônico Aprovado pela Secretaria de Gestão. Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022) - Adaptada UFSC_ versão 1.0. Ano 2024.

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado digitalmente
Jose Fabris
Data: 16/04/2026 11:15:13-0300
CPF: ***.721.129-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

JOSE FABRIS
Eng Civil

RAMON MELO DOS SANTOS

Eng. Mecânico



Documento assinado digitalmente

Julio Alexandre de Matheucci e Silva Teixeira

Data: 16/04/2026 11:17:15-0300

CPF: ***.642.529-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

JULIO ALEXANDRE DE MATHEUCCI E SILVA TEIXEIRA

Equipe de apoio



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO PREDIAL E DE INFRAESTRUTURA
Campus Florianópolis- CEP: 88040-900
Trindade - Florianópolis - Santa Catarina - Brasil | 55 (048) 3721-5100

MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS - MÃO DE OBRA: ONERADA

OBRA:	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de instalação de equipamentos condicionadores de ar tipo Split Hi-Wall nas uni	EMIÇÃO:	5-nov-25
LOCAL:	FLORIANÓPOLIS	TIPO DE OBRA:	EDIFÍCIOS
DATA BASE:	AGO/25 - PUBLICADO EM: 10/SET/25	REVISÃO:	
ÁREA:		LEIS SOCIAIS:	115,60% (H) - 71,80% (M) - MO - ONERADA
		BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS:	NORMAL: 20,67% - REDUZIDO: 15,28%

METODOLOGIA:

$$BDI = \left(\frac{(1 + AC + S + R + G) \cdot (1 + DF) \cdot (1 + L)}{1 - T} \right) - 1$$

TERMINOLOGIA:

AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
S	SEGURO
G	GARANTIAS
R	RISCOS
DF	DESPESAS FINANCEIRAS
L	LUCRO
T	TRIBUTAÇÃO
CPRB CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA - UTILIZADA SOMENTE QUANDO HOUVER DESONERAÇÃO DA MÃO DE OBRA (LEI 13.161/15)	

ALÍQUOTAS - ACÓRDÃO 2622/2013 - CAMPUS: FLORIANÓPOLIS

SUGESTÃO DE BDI NORMAL - MÃO DE OBRA: ONERADA				
	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil	DPAE
AC=	3,00%	4,00%	5,50%	4,00%
R=	0,97%	1,27%	1,27%	1,27%
S+G=	0,80%	0,80%	1,00%	0,80%
DF=	0,59%	1,23%	1,39%	1,23%
L=	6,16%	7,40%	8,96%	7,40%
T=	4,43%	4,43%	4,43%	4,43%
BDI=	17,07%	20,67%	24,58%	20,67%

SUGESTÃO DE BDI REDUZIDO - MÃO DE OBRA: ONERADA				
	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil	DPAE
AC=	1,50%	3,45%	4,49%	3,45%
R=	0,56%	0,85%	0,89%	0,85%
S+G=	0,30%	0,48%	0,82%	0,48%
DF=	0,85%	0,85%	1,11%	0,85%
L=	3,50%	5,11%	6,22%	5,11%
T=	3,65%	3,65%	3,65%	3,65%
BDI=	10,89%	15,28%	18,38%	15,28%

TRIBUTAÇÃO - TCU (MÍNIMO)

ISSQNpro	0,78%
PIS *	0,65%
COFINS *	3,00%
CPRB **	0,00%
TOTAL:	4,43%

* REGIME CUMULATIVO - TRIBUTAÇÃO PELO REGIME DE LUCRO PRESUMIDO OU SIMPLES

** AUMENTOU PARA 4,5% PELA LEI 13.161/2015 no Exercício de 2025 a alíquota passou a ser 80% de 4,5% = 3,6% Conforme Disposto na Lei 14.973, de 16 de Setembro de 2024

FONTES

ISSQN LC 126/2003

PIS Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002

COFINS Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003

CPRB Lei nº 13.161, de 31 de agosto de 2015

MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA A ALÍQUOTA DO ISSQN PROPORCIONAL

$$ISSQN_{pro} = (1 - \%Cmat) \cdot ISSQN_{mun}$$

%Cmat = 73,87%

Cmat = R\$ 799.983,88

ISSQNmun= 3,00%

TERMINOLOGIA:

ISSQNpro ISSQN proporcional que será aplicado à todas as parcelas do orçamento seguindo as diretrizes de incidência do município em questão

Cmat Soma do custo da parcela dos materiais

%Cmat Porcentagem da parcela de materiais com relação ao custo total do orçamento

Conforme disposto no Art. 252º - § 4º - Não se inclui na base de cálculo do ISSQN o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços.

(1) CUSTO TOTAL DA MÃO DE OBRA	R\$	277.007,35	
(2) CUSTO TOTAL DE MATERIAIS	R\$	799.983,88	
(3) CUSTO TOTAL DE EQUIPAMENTOS	R\$	5.899,95	
(4) CUSTO TOTAL DA OBRA	R\$	1.082.891,18	
(5) CUSTO TOTAL DE ITENS DE MERO FORNECIMENTO	R\$	-	
(6) CUSTO TOTAL DA OBRA (-) CUSTO TOTAL DE ITENS DE MERO FORNECIMENTO → (4) - (5)	R\$	1.082.891,18	100,00%
(7) CUSTO TOTAL DE MATERIAIS (-) CUSTO TOTAL DE ITENS DE MERO FORNECIMENTO → (2) - (4)	R\$	799.983,88	73,87%
(8) CUSTO DE MÃO DE OBRA + CUSTO EQUIPAMENTOS → (1) + (3)	R\$	282.907,30	26,13%
(9) ALÍQUOTA ISS PARA O MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS			3,00%

(10) ALÍQUOTA DO ISSQN APLICADO AO BDI

0,78%

Estudo Técnico Preliminar 784/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23080.061379/2025-43

2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa especializada para execução de serviços de instalação de equipamentos condicionadores de ar tipo Split Hi-Wall nas unidades administrativas e de ensino da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), localizadas em Florianópolis/SC, incluindo o fornecimento dos equipamentos, materiais e mão de obra qualificada necessários para a plena execução dos serviços.

Justificativa da necessidade da contratação:

A presente contratação visa possibilitar a instalação dos aparelhos de ar condicionado adquiridos por meio do Pregão Eletrônico nº 90038/2025, referente ao processo digital nº 23080.064454/2024-47.

A instalação dos equipamentos é indispensável para garantir condições adequadas de funcionamento das unidades administrativas e acadêmicas da UFSC, assegurando conforto térmico, salubridade e qualidade de vida no ambiente de trabalho e estudo. A climatização adequada contribui diretamente para o bem-estar da comunidade universitária e para a eficiência das atividades institucionais, devendo ser executada sob a melhor relação custo-benefício para a Administração.

Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados e devidamente capacitados, empregados da empresa contratada, observando-se integralmente as normas técnicas, regulamentações internas, legislação vigente e requisitos de segurança, incluindo o uso dos equipamentos de proteção adequados.

Ressalta-se que os serviços ora demandados atendem aos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, por se tratarem de atividades auxiliares, instrumentais e acessórias, passíveis de execução indireta, sem transferência de responsabilidade decisória ou administrativa ao contratado. Não envolvem atividades estratégicas nem funções relacionadas ao poder de polícia, regulação, supervisão ou controle institucional, tampouco são inerentes às carreiras abrangidas pelo plano de cargos da UFSC, observadas as exceções previstas em lei.

Diante do exposto, evidencia-se a necessidade e pertinência da contratação para o adequado atendimento das demandas institucionais da Universidade.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DMPI	Matheus Lima Alcantara
Tiago Zavacki de Moraes	tiago.morais@ufsc.br

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

Os padrões, valores, parâmetros, normas e procedimentos necessários à garantia da boa qualidade do ar interior, inclusive de temperatura, umidade, velocidade, taxa de renovação e grau de pureza, são os regulamentados pela Resolução nº 9, de 16 de janeiro de 2003, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, e posteriores alterações, assim como as normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

A Contratada pela instalação dos equipamentos, deverá ser pessoa jurídica registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou outra entidade de classe competente e indicar Responsável Técnico, legalmente habilitado, com formação em Engenharia Mecânica, técnico em refrigeração ou equivalente;

O contrato estará sujeito a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou equivalente.

Possuir profissional (is) para executar (em) as instalações de **aparelhos de ar-condicionado**, detentor (es) de, no mínimo:

- a) Certificado de conclusão de curso Técnico em Mecânica de ar condicionado ou Refrigeração;
- b) Certificado de realização de curso Norma Regulamentadora 10 (NR-10) – Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
- c) Certificado de realização de curso Norma Regulamentadora 35 (NR-35) – Trabalho em altura;

Os cursos devem ser reconhecidos ou ministrados por instituições do ramo, como SENAI, escolas ou outras entidades profissionalizantes reconhecidas pelo MEC

A empresa deverá ser credenciada pela fabricante dos aparelhos de ar condicionados que serão fornecidos pela contratante.

Detalhamento	Fabricante	Quant.
AR CONDICIONADO SPLIT HI-WALL, 9.000 BTU/H - INVERTER, CICLO FRIO	AGRATTO	151
AR CONDICIONADO SPLIT HI-WALL 12.000 BTU/H - INVERTER , CICLO FRIO.	AGRATTO	539
AR CONDICIONADO SPLIT HI-WALL,18.000 BTU/H - INVERTER, CICLO FRIO.	AGRATTO	171
AR CONDICIONADO SPLIT HI-WALL 24.000 BTU/H - INVERTER, CICLO FRIO.	CACEAIR	648
AR CONDICIONADO SPLIT HI-WALL 9.000 BTU/H - INVERTER, CICLO REVERSO (QUENTE/FRIO).	AGRATTO	18
AR CONDICIONADO SPLIT HI-WALL 12.000 BTU/H - INVERTER , CICLO REVERSO (QUENTE/FRIO).	AGRATTO	23
AR CONDICIONADO SPLIT HI-WALL18.000 BTU/H - INVERTER, CICLO REVERSO (QUENTE/FRIO).	VIX	26
AR CONDICIONADO SPLIT HI-WALL22.000 a 24.000 BTU/H, CICLO REVERSO (QUENTE/FRIO).	AGRATTO	59
AR CONDICIONADO SPLIT TIPO PISO-TETO 48.000 BTU/H - INVERTER	ELGIN	11
AR CONDICIONADO SPLIT CASSETE 36.000 BTU/H - INVERTER, CICLO FRIO	CACEAIR	17
AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO 54.000 A 60.000 BTU/H - INVERTER, CICLO FRIO.	PHILCO	25

4.2. Critérios e práticas de sustentabilidade

Serão incluídas no Termo de Referência cláusulas que tratam sobre temáticas relacionadas a sustentabilidade, tais como:

Gestão de Resíduos: A empresa Contratada será responsável pela destinação adequada dos resíduos gerados, em conformidade com as regulamentações ambientais, utilizando empresas licenciadas para esse fim.

Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

Seleção de materiais e itens sustentáveis: Serão estabelecidos critérios de sustentabilidade na seleção de materiais e itens, priorizando aqueles que sejam mais eficientes energeticamente, economizem água e emitam menos ruídos. Dessa forma, serão preferencialmente escolhidos produtos fabricados a partir de materiais primários provenientes de fontes renováveis, entre outros aspectos relevantes.

Manter critérios privilegiados para a aquisição e uso de equipamentos, insumos e EPIs que promovam a redução do consumo de água, de energia e de lixo;

Dar prioridade ao uso de materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis, conforme ABNT NBR-15448 e 15448 2;

Garantia de Qualidade de Vida: Será exigido o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados e uniformes por parte dos funcionários, visando garantir a segurança e a integridade física no ambiente de trabalho. Além de as NRs de serviço em altura e se serviços elétricos.

Manter critérios privilegiados para a aquisição e uso de equipamentos, insumos e EPIs que promovam a redução do consumo de água, de energia e de lixo;

Os equipamentos de proteção individual, bem como equipamentos fornecidos pela empresa para a execução dos serviços deverão ser, preferencialmente, confeccionados em material reciclável ou reciclado, e biodegradável. O seu descarte, uma vez substituídos, deverá ser adequado de forma a minimizar impactos ambientais;

Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

Responsabilidade Ambiental e Social: A empresa Contratada será responsável por eventuais danos causados ao meio ambiente e à comunidade, assumindo integralmente a responsabilidade por suas ações e impactos sociais.

É desejável que a Contratada tenha a certificação ABNT NBR ISO 14000, que especifica os requisitos de um Sistema de Gestão Ambiental e permite a uma organização desenvolver uma estrutura para a proteção do meio ambiente e rápida resposta às mudanças das condições ambientais;

Obedecer às recomendações quanto a utilização de substâncias que destroem a camada de ozônio – SDOs, especificados nos anexos A e B do Protocolo de Montreal (promulgado pelo Decreto nº 99.280/90), notadamente CFCs, Halons, CTC e Trocloroetano.

Educação Ambiental e práticas sustentáveis: Serão inseridas cláusulas que incentivem práticas sustentáveis pelos funcionários e pela empresa contratada.

Permitir que seus funcionários realizem treinamentos ministrados pela UFSC quanto ao uso racional de água e energia elétrica;

Comunicar, quando houver ocorrências em desacordo com a sustentabilidade ambiental, ao fiscal técnico do contrato, tais como: Vazamento de água nas torneiras; Luzes de postes e refletores ligadas durante o dia; Descarte inadequado de lixo.

Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

Atender à Instrução Normativa n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, Art. 6º e ao Guia Nacional de Contratação Sustentáveis da CGU de setembro de 2023 e suas atualizações,

Essas cláusulas visam promover uma gestão ambiental e socialmente responsável, contribuindo para a preservação do meio ambiente, a saúde e a segurança dos colaboradores, bem como o bem-estar da comunidade.

4.3. informações relevantes para o dimensionamento das propostas

As instalações serão executados em horário comercial.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Análise comparativa das soluções possíveis em respeito à:

5.1.1. Prestação de serviços com fornecimento dos materiais

Solução	Vantagens	Desvantagens
Execução dos serviços por pessoal próprio	Possibilidade de maior alinhamento dos serviços com os procedimentos internos da instituição e eventual redução de custos com terceirização.	Impossibilidade de execução por pessoal próprio, uma vez que o Departamento de Manutenção não dispõe de servidores com atribuições técnicas específicas nem com registro profissional que os habilite à execução de instalações de sistemas de climatização, conforme exigido pelas normas vigentes (Lei nº 5.194/66 e Resoluções do CONFEA/CREA).
Contratação		O dimensionamento de equipe exclusiva mostra-se ineficiente, considerando que a demanda por instalações de aparelhos de ar-

de mão de obra exclusiva	Disponibilidade integral da equipe no local de execução dos serviços, o que pode agilizar o atendimento às demandas pontuais.	condicionado ocorre de forma sazonal e concentrada em determinados períodos do ano, resultando em ociosidade em períodos de baixa demanda e custo desnecessário para a Administração.
Contratação de empresa sob demanda (fornecimento de mão de obra e material)	A empresa contratada será responsável pelo fornecimento dos materiais e pela alocação dos profissionais, dimensionando adequadamente a equipe conforme a necessidade. Essa modalidade garante flexibilidade, eficiência operacional e redução de custos fixos, uma vez que os serviços poderão ser realizados conforme a demanda da contratante.	Pode ocorrer demora pontual no atendimento das solicitações, em razão da não permanência contínua da equipe no local, situação que será mitigada com o estabelecimento de prazos máximos de execução e cronograma de atendimento no instrumento contratual.

Diante da natureza sazonal das demandas de instalação e da necessidade de fornecimento de materiais e mão de obra especializada, a contratação de empresa sob demanda é a solução mais adequada para a execução dos serviços. Essa modalidade garante a observância dos princípios da economicidade e da eficiência, além de assegurar a correta execução dos serviços por profissionais qualificados, conforme exigências técnicas e normativas aplicáveis aos sistemas de climatização.

5.1.2. Aquisição dos equipamentos de ar condicionado com ou sem instalação

Vantagens da Contratação Separada

- Maior competitividade: permite a participação de fornecedores especializados apenas na venda de equipamentos, ampliando o número de proponentes e possibilitando obtenção de preços mais vantajosos.
- Especialização por objeto: as empresas instaladoras podem dedicar-se exclusivamente à execução dos serviços, garantindo maior qualidade técnica.
- Transparência na composição de custos: possibilita a avaliação independente dos valores de aquisição e instalação.
- Flexibilidade de execução: a instalação pode ser programada conforme a disponibilidade orçamentária e as demandas específicas de cada unidade.

Desvantagens da Contratação Separada

- Risco de incompatibilidade técnica: eventual divergência entre características dos equipamentos adquiridos e as condições de instalação.
- Divisão de responsabilidades: em caso de falhas, pode haver dificuldade em atribuir responsabilidades entre o fornecedor e o instalador.
- Aumento da carga administrativa: necessidade de condução e fiscalização de dois processos licitatórios e contratuais distintos.
- Risco de ociosidade de equipamentos: possibilidade de atraso na instalação, ocasionando armazenamento prolongado dos aparelhos.

5.1.3. Para a análise das alternativas possíveis, realizou-se o levantamento e identificação de contratações de outros órgãos da Administração Pública, cujo objeto assimilam-se ao do presente Estudo Técnico Preliminar, deu-se através do portal eletrônico de *Compras Governamentais* <comprasnet.gov.br>

5.1.3.1. As contratações analisadas no portal de compras governamentais possuem amparo legal na Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021:

Nº	DATA DE ABERTURA	Nº DO PREGÃO	UASG	ÓRGÃO	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE CONTRATAÇÃO
1	10/10/2025	90023/2025	102153	Universidade de São Paulo	O objeto da presente licitação é fornecimento de equipamentos de condicionador de ar, desinstalação e instalação de conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.	Fornecimento e instalação
				FUNDAÇÃO UNIV.	Registro de preços para aquisição futura de ares condicionados,	

2	29/10/2025	90053/2025	154502	FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	incluindo instalação e montagem	Fornecimento e instalação
3	22/08/2025	90002/2025	185885	Instituto Federal Baiano – Campus Xique-Xique	Registro de preços visando à futura contratação de empresa especializada em manutenção e instalação de aparelhos de ar-condicionado para atender às necessidades do Instituto Federal Baiano – Campus Xique-Xique.	Manutenção e Instalação
4	16/09/2025	90008/2025	158161	UNIVERSIDADE FED.DE ITAJUBÁ/CAMPUS ITABIRA	O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada em manutenção e instalação de aparelhos de ar-condicionado para atender às necessidades do Instituto Federal Baiano – Campus Xique Xique conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos	Fornecimento e instalação
5	10/10/2025	90004/2025	264001	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho	Aquisição de aparelhos de ar condicionado, incluindo instalação	Fornecimento e instalação
6	26/06/2025	179/2025-16	393013	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (UASG) SUPERINTENDÊNCIA DE SANTA CATARINA	Aquisição, entrega e instalação completa de 64 (sessenta e quatro) aparelhos de ar condicionado, novos, tipo Split Hi Wall Inverter, com fornecimento de suportes em PVC, desinstalações e instalação de drenos, conforme o Termo de Referência	Fornecimento e instalação
7	08/07/2025	90007/2025	410003	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	Registro de Preços para a aquisição de aparelhos de ar-condicionado, com serviços de instalação, incluindo todos os equipamentos e insumos necessários para este fim, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.	Fornecimento e instalação
8	28/08/2025	90007/2025	782802	CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM SALVADOR	Registro de Preços visando a Contratação de serviços de instalação e desinstalação dos aparelhos de ar condicionado tipo SPLIT (Hi-wall, Piso Teto ou Cassete) adquiridos pela Contratante, com o fornecimento de todo o material necessário pela Contratada,	Instalação
9	14/10/2025	90031/2025	925869	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	Contrataçã o para registro de preço paraeventual aquisiçã o de aparelho de arcondicionado tipoO SPLIT, compreendendofornecimento e instalaçã o, para atender asdiversas unidades do Poder Judiciá rioEstadual	Fornecimento e instalação
10	10/11/2025	27/2025	987587	MUNICÍPIO DE GUARATUBA	Registro de Preços para a contratação de empresa para instalação, realocação e manutenção de ar-condicionado, para atender a demanda da Administração Pública Municipal	Instalação e manut enção

5.1.3.2. Durante pesquisas das contratações, observou-se as seguintes premissas:

Foram identificadas dez contratações recentes, abrangendo órgãos federais, estaduais e municipais, relacionadas à aquisição e /ou instalação de equipamentos de ar-condicionado. A análise demonstra que a maioria das instituições optou pela contratação integrada, contemplando fornecimento e instalação dos equipamentos, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tipo de Contratação	Quantidade	Exemplos de Órgãos
Fornecimento e Instalação	7	Universidade de São Paulo, Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, DNIT/SC, Ministério das Comunicações, Tribunal de Justiça do RN, UNIFEL, Fundacentro
Instalação e/ou Manutenção	3	Instituto Federal Baiano – Campus Xique-Xique, Centro de Intendência da Marinha em Salvador, Município de Guaratuba

Constata-se, portanto, uma tendência predominante de contratações conjuntas, em que o mesmo fornecedor é responsável tanto pelo fornecimento dos equipamentos quanto pelos serviços de instalação, buscando-se com isso simplificar o processo administrativo e concentrar a responsabilidade técnica em um único contratado.

5.1.4. A análise comparativa evidencia que, embora a contratação conjunta (fornecimento e instalação) seja amplamente utilizada por outros órgãos públicos, a **estratégia adotada pela UFSC** — de realizar **licitações separadas** — é tecnicamente justificável, desde que acompanhada de **planejamento adequado e especificações técnicas detalhadas**.

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços eventuais para instalação de aparelhos de ar condicionado tipo split hi-wall, cassete e piso-teto, incluindo o fornecimento de peças (exceto os aparelhos). Os serviços de instalação serão executados no campus da Universidade Federal de Santa Catarina localizado em Florianópolis, conforme condições, quantidades e exigências a serem estabelecidas no Termo de Referência.

Considerando-se as características e a natureza dos serviços que se pretende adquirir, tendo em vista, ainda, a necessidade de contratações frequentes, a licitação dar-se-á sob a forma de **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, na sua forma eletrônica, conforme previsto nos incisos I e II, do art. 85 da Lei nº 14.133, de 2021:

I - existência de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado

O Regime de execução a **Empreitada por Preço Unitário** com o objetivo de que os pagamentos correspondam exatamente à quantidade de serviço executado, mediante a medição efetiva dos serviços. Tal justificativa decorre da modelagem da prestação de serviço sem dedicação de mão de obra, onde a contratada deverá ser remunerada mediante a quantidade de serviço efetivamente executada no período. Neste sentido, a empreitada por preço unitário se enquadra melhor na modelagem de execução conforme a demanda e execução.

Os serviços objeto desta contratação, tem a natureza de **serviços comuns de engenharia, sem dedicação de mão de obra exclusiva**, nos termos da alínea "a" do inciso XXI, do art. 6º, da Lei 14.133/2021, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em seu ato convocatório, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

Adotou-se o modelo de execução contratual SEM dedicação de mão de obra uma vez que (art. 17 da IN05/2017):

- Os empregados da CONTRATADA não ficarão à disposição nas dependências da CONTRATANTE para a prestação dos serviços;
- A CONTRATADA pode, compartilhar os recursos humanos e materiais disponíveis da contratação para execução simultânea de outros contratos;
- Não há mecanismos que possam ser empregados pela Fiscalização referentes a precisa distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados na execução das rotinas previstas em contrato.

O presente objeto caracteriza-se como **contrato por escopo**, uma vez que o serviço possui quantidades previamente definidas e se encerra com a execução integral das atividades previstas, não se tratando de serviço de natureza contínua.

O contrato terá vigência até a conclusão total dos serviços contratados, observadas as condições estabelecidas no edital e no instrumento contratual.

Não se aplica renovação típica de serviços continuados.

Poderá ocorrer **prorrogação de prazo**, nos termos da legislação pertinente, exclusivamente para fins de conclusão do objeto, devidamente justificada pela Administração e sem alteração do escopo inicial.

6.1 ESCOPO DOS SERVIÇOS

6.1.1. A Contratada deve seguir as normas NBR 6675 (instalação de condicionadores de ar de uso doméstico), NBR 15848 (Sistemas de ar condicionado – Procedimentos e requisitos relativos às atividades de construção, reformas, operação e manutenção das instalações que afetam a qualidade do ar interior (QAI)) e NBR 5410 (instalações elétricas de baixa tensão), assim como demais normas e códigos aplicáveis à execução do serviço contratado;

6.1.2. Definir o local de instalação da evaporadora (unidade interna) e da condensadora (unidade externa), onde' fiquem livres de quaisquer tipos de obstrução das tomadas de ar de retorno ou insuflamento e respeitados os desníveis máximos entre estas, de acordo com as recomendações do fabricante. Deve ser realizado um levantamento prévio, com o apoio da Fiscalização, quanto à definição do local de instalação destas unidades e demais componentes, no intuito de certificar-se de que não haverá danos a outras instalações existentes nos pavimentos (elétrica, hidráulica, dutos de renovação de ar, entre outras);

6.1.3. Seguir a Norma Regulamentadora nº 35 (Trabalho em altura) do Ministério do Trabalho e Emprego nas instalações de equipamentos em locais altos que apresentem necessidade de uso de escadas, andaimes e/ou outros acessórios para este tipo de atividade;

6.1.4. Realizar a instalação de suporte de aço galvanizado, do tipo mão-francesa ou similar, para a condensadora (unidade externa), nos casos em que for necessária (instalação suspensa), seguindo orientações do fabricante. O suporte deve ser dimensionalmente compatível com a unidade externa e integralmente pintado de branco, além de garantir estabilidade e resistência estrutural;

6.1.5. Realizar a instalação da condensadora (unidade externa), em superfície nivelada ou em suporte, e devida fixação fazendo uso de parafusos, coxins de borracha e porcas, de acordo com recomendações do fabricante;

6.1.6. Realizar a instalação da evaporadora (unidade interna) e sua devida fixação através de parafusos e buchas plásticas, conforme orientações do fabricante. Para este procedimento, fazer uso do gabarito de instalação da evaporadora, nos casos em que este for disponibilizado pelo fabricante;

6.1.7. Executar a interligação da evaporadora (unidade interna) com a condensadora (unidade externa) através de tubulações flexíveis de cobre, incluindo todas as conexões necessárias, respeitando os comprimentos mínimo e máximo e obedecendo aos diâmetros indicados pelo fabricante dos aparelhos. A rede frigorígena deve ser executada de acordo com a boa técnica corrente e conforme o manual do fabricante, empregando-se traçado conveniente, de modo a assegurar alimentação apropriada de refrigerante à evaporadora e proteção aos compressores. A trajetória definida para a tubulação deve também prever baixa perda de carga e baixo nível de vibração, além de evitar o acúmulo de óleo lubrificante em qualquer trecho, perdas de óleo lubrificante do compressor e penetração do fluido refrigerante, em fase líquida, no cárter do compressor;

6.1.8. Realizar a instalação de tubulação (mangueira cristal) para drenagem na evaporadora (unidade interna), direcionada segundo orientações do fabricante. Tratando-se de aparelho com ciclo reverso (quente-frio) ou de instalações onde a condensadora fique suspensa, também deve ser instalada tubulação para drenagem na condensadora (unidade externa);

6.1.9. Realizar o isolamento térmico das tubulações de cobre e de drenagem, com tubo blindado (10 mm espessura) em espuma elastomérica recoberta com película protetora resistente a UV, intempéries e impactos. A película protetora pode já vir aderida à superfície do tubo fornecido ou ser obtida através de pintura com tinta específica para tal finalidade. Os tubos de cobre das linhas de líquido e de gás devem ser isolados separadamente;

6.1.10. Executar a interligação elétrica da evaporadora (unidade interna) com a condensadora (unidade externa) através de cabos elétricos PP (contendo a via de aterramento), seguindo as recomendações do fabricante quanto ao esquema elétrico e às bitolas a serem empregadas;

6.1.11. Executar o acabamento com fita vinílica de cor branca, envolvendo as tubulações de cobre, os cabos elétricos e a tubulação de drenagem;

6.1.12. Promover a fixação das tubulações aparentes nas paredes através de meias-abraçadeiras de aço, parafusos e buchas plásticas;

6.1.13. Realizar as operações de furação em alvenaria (para passagem da tubulação) ou, quando necessárias, operações de corte (rasgo) em alvenaria, de acordo com as instruções do fabricante e da Fiscalização;

6.1.12. Realizar o teste de detecção de vazamentos (procedimento de evacuação, pressurização das tubulações com nitrogênio e aplicação de espuma em sua área externa, incluindo válvulas e conexões), nos casos em for necessário (uso de solda nas tubulações);

6.1.13. Realizar a liberação do gás refrigerante para a tubulação (após novo procedimento de evacuação) e, quando necessário, carregamento adicional de refrigerante R22, R410a ou equivalente, seguindo orientações do fabricante (verificação da pressão do refrigerante na tubulação);

6.1.14. Realizar o teste de funcionamento do aparelho e avaliação de seu desempenho, observando as condições exigidas para sua partida inicial e seguindo as orientações fornecidas pelo fabricante;

6.1.15. Remover todos os detritos e restos de materiais gerados durante o serviço de instalação e realizar limpeza periódica e final no local do serviço, envolvendo pisos, paredes, tetos, portas, janelas e vidros, além de móveis e equipamentos que apresentem sujeira oriunda do serviço contratado.

6.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

6.2.1. Serviços de Instalação de Ar Condicionado.

6.2.1.1. Instalação de aparelho condicionador de ar do tipo **SPLIT HI-WALL**, com **capacidade de 9.000 BTU/h**, ciclo **FRIO ou QUENTE/FRIO**. A instalação compreende a interligação entre a unidade evaporadora e a condensadora, utilizando tubulação flexível de cobre com espessura mínima de 0,8 mm, diâmetros de 3/8" para a linha de sucção (gás) e de 1/4" para a linha de líquido e comprimento de 3 m para cada linha, tubo blindado em polietileno expandido com espessura de 10 mm, diâmetros internos de 3/8" e 1/4" e comprimento de 3 m para cada diâmetro (recoberto com película protetora resistente a UV, intempéries e impactos), mangueira cristal em PVC para drenagem de comprimento de até 5 m, cabo elétrico PP flexível para interligação evaporadora-condensadora, com via de aterramento, bitola mínima conforme marca e modelo do equipamento comprimento de 3m. Incluindo suporte em polímero.

6.2.1.3. Instalação de aparelho condicionador de ar do tipo **SPLIT HI-WALL**, com **capacidade de 12.000 BTU/h**, ciclo **FRIO ou QUENTE/FRIO**. A instalação compreende tubulação flexível de cobre com espessura mínima de 0,8 mm, diâmetros de 1/2" para a linha de sucção (gás) e de 1/4" para a linha de líquido e comprimento de 3 m para cada linha, tubo blindado em polietileno expandido com espessura de 10 mm, diâmetros internos de 1/2" e 1/4" e comprimento de 3 m para cada diâmetro (recoberto com película protetora resistente a UV, intempéries e impactos), mangueira cristal em PVC para drenagem de comprimento de até 5 m, cabo elétrico PP flexível para interligação evaporadora-condensadora, com via de aterramento, bitola mínima conforme marca e modelo do equipamento comprimento de 3m. Incluindo suporte em polímero.

6.2.1.4. Instalação de aparelho condicionador de ar do tipo **SPLIT HI-WALL**, com **capacidade de 18.000 BTU/h**, ciclo **FRIO ou QUENTE/FRIO**. A instalação compreende tubulação flexível de cobre com espessura mínima de 0,8 mm, diâmetros de 1/2" para a linha de sucção (gás) e de 1/4" para a linha de líquido e comprimento de 3 m para cada linha, tubo blindado em polietileno expandido com espessura de 10 mm, diâmetros internos de 1/2" e 1/4" e comprimento de 3 m para cada diâmetro (recoberto com película protetora resistente a UV, intempéries e impactos), mangueira cristal em PVC para drenagem de comprimento de até 5 m, cabo elétrico PP flexível para interligação evaporadora-condensadora, com via de aterramento, bitola mínima conforme marca e modelo do equipamento comprimento de 3m. Incluindo suporte em polímero.

6.2.1.5. Instalação de aparelho condicionador de ar do tipo **SPLIT HI-WALL**, com **capacidade de 24.000 BTU/h**, ciclo **FRIO ou QUENTE/FRIO**. A instalação compreende tubulação flexível de cobre com espessura mínima de 0,8 mm, diâmetros de 5/8" para a linha de sucção (gás) e de 3/8" para a linha de líquido e comprimento de 3 m para cada linha, tubo blindado em polietileno expandido com espessura de 10 mm, diâmetros internos de 5/8" e 3/8" e comprimento de 3 m para cada diâmetro (recoberto com película protetora resistente a UV, intempéries e impactos), mangueira cristal em PVC para drenagem de comprimento de até 5 m, cabo elétrico PP flexível para interligação evaporadora-condensadora, com via de aterramento, bitola mínima conforme marca e modelo do equipamento comprimento de 3m. Incluindo suporte em aço galvanizado e pintado de branco.

6.2.1.6. Instalação aparelho condicionador de ar do tipo **SPLIT CASSETE**, com **capacidade de 36.000 BTU/h**, ciclo **FRIO**. A instalação compreende tubulação flexível de cobre com espessura mínima de 0,8 mm, diâmetros de 3/4" para a linha de sucção (gás) e de 3/8" para a linha de líquido e comprimento de 3 m para cada linha, tubo blindado em polietileno expandido com espessura de 10 mm, diâmetros internos de 3/4" e 3/8" e comprimento de 3 m para cada diâmetro (recoberto com película protetora resistente a UV, intempéries e impactos), mangueira cristal em PVC para drenagem de comprimento de até 5 m, cabo elétrico PP flexível para interligação evaporadora-condensadora, com via de aterramento, bitola mínima conforme marca e modelo do equipamento comprimento de 3m. Incluindo suporte em aço galvanizado e pintado de branco.

6.2.1.7. Instalação aparelho condicionador de ar do tipo **SPLIT PISO-TETO**, com **capacidade de 48.000 BTU/h**, ciclo **FRIO**. A instalação compreende tubulação flexível de cobre com espessura mínima de 0,8 mm, diâmetros de 5/8" para a linha de sucção (gás) e de 3/8" para a linha de líquido e comprimento de 3 m para cada linha, tubo blindado em polietileno expandido com espessura de 10 mm, diâmetros internos de 5/8" e 3/8" e comprimento de 3 m para cada diâmetro (recoberto com película protetora resistente a UV, intempéries e impactos), mangueira cristal em PVC para drenagem de comprimento de até 5 m, cabo elétrico PP flexível para interligação evaporadora-condensadora, com via de aterramento, bitola mínima conforme marca e modelo do equipamento comprimento de 3m. Incluindo suporte em aço galvanizado e pintado de branco.

6.2.1.8. Instalação aparelho condicionador de ar do tipo **SPLIT PISO-TETO**, com **capacidade de 60.000 BTU/h**, ciclo **FRIO**. A instalação compreende tubulação flexível de cobre com espessura mínima de 0,8 mm, diâmetros de 3/4" para a linha de sucção (gás) e de 7/8" para a linha de líquido e comprimento de 3 m para cada linha, tubo blindado em polietileno expandido com espessura de 10 mm, diâmetros internos de 3/4" e 7/8" e comprimento de 3 m para cada diâmetro (recoberto com película protetora resistente a UV, intempéries e impactos), mangueira cristal em PVC para drenagem de comprimento de até 5 m, cabo elétrico PP flexível para interligação evaporadora-condensadora, com via de aterramento, bitola mínima conforme marca e modelo do equipamento comprimento de 3m. Incluindo suporte em aço galvanizado e pintado de branco.

6.2.2. Serviços Complementares.

6.2.2.1. Interligação evaporadora-condensadora (tubulações de cobre (2 linhas - líquido e sucção 3/8" E 1/4"), tubo blindado em polietileno expandido, cabo elétrico PP flexível e revestimento em fita vinílica), por metro necessário acima do comprimento mínimo especificado (3 m).

6.2.2.2. Interligação evaporadora-condensadora (tubulações de cobre (2 linhas - líquido e sucção 1/2" E 1/4"), tubo blindado em polietileno expandido, cabo elétrico PP flexível e revestimento em fita vinílica), por metro necessário acima do comprimento mínimo especificado (3 m).

6.2.2.3. Interligação evaporadora-condensadora (tubulações de cobre (2 linhas - líquido e sucção 3/4" E 3/8"), tubo blindado em polietileno expandido, cabo elétrico PP flexível e revestimento em fita vinílica), por metro necessário acima do comprimento mínimo especificado (3 m).

6.2.2.4. Interligação evaporadora-condensadora (tubulações de cobre (2 linhas - líquido e sucção 5/8" E 3/8"), tubo blindado em polietileno expandido, cabo elétrico PP flexível e revestimento em fita vinílica), por metro necessário acima do comprimento mínimo especificado (3 m).

6.2.2.5. Compreende o aluguel de cadeiras suspensas em aço galvanizado, estas ferramentas de trabalho devem ser utilizadas em trabalhos em altura, proporcionando acesso seguro a áreas elevadas, como fachadas de edifícios e estruturas similares. As cadeiras suspensas deverão ser disponibilizadas com todos os dispositivos de segurança necessários, incluindo cintos de segurança, cordas, mosquetões e demais itens requeridos para garantir a integridade dos trabalhadores durante sua utilização. Além disso, as cadeiras serão fabricadas em aço galvanizado, proporcionando uma boa resistência em ambientes externos. Destaca-se que a Contratada deve assumir todos os custos relativos ao aluguel destes equipamentos

6.2.3. Materiais de consumo - Insumo

6.2.3.1. Representa ônus da Contratada a disponibilização, livre de qualquer pagamento adicional, de todo MATERIAL DE CONSUMO E LIMPEZA destinado a viabilizar os trabalhos dos profissionais envolvidos na execução do objeto contratual, bem como imprescindíveis à execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva a exemplo de, mas não se limitando a cabos elétricos de qualquer tipo, álcool, água destilada, óleos lubrificantes, detergentes, sabões, vaselina, estopas, panos, palha de aço, utensílios e produtos químicos de limpeza, graxas e desengraxantes, desincrustantes, produtos anti-ferrugem, WD40, solventes, materiais de escritório, fitas isolantes, fitas teflon veda rosca, colas e adesivos para tubos de PVC, epóxi, colas Araldite e Super Bonder, Durepoxi, pilhas para lanterna e buchas de nylon, lixas, escovas de aço e nylon, massa de vedação, material de soldagem, brocas, oxigênios, nitrogênio, acetileno e outros similares (as marcas anteriormente indicadas são meros exemplos, aceitando-se produtos similares de outras marcas). Desse modo, a Contratada deverá obrigatoriamente considerar os correspondentes custos na composição e formação do preço ofertado.

6.2.4. Relação de máquinas, equipamentos e utensílios a serem utilizados

6.2.4.1. A Contratada deverá fornecer máquinas, equipamentos, ferramentas, instrumentos, transporte e tudo mais que for essencial para a execução e a conclusão dos serviços, sejam eles definitivos ou temporários. Também estão inclusos os procedimentos legais necessários a execução do serviço e os custos correspondentes dessas operações (emissão de notas fiscais, seguros, etc.) devendo estar embutidos nos respectivos custos unitários.

6.2.4.2. A Contratada deverá identificar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração. Será de inteira responsabilidade da Contratada a guarda dos materiais e equipamentos utilizados na execução dos serviços. Nenhum material pode ser depositado em áreas em uso pela UFSC a não ser de forma transitória e com autorização dos responsáveis pela área.

6.2.5. Legislação pertinente

6.2.5.1. Os serviços a serem executados devem atender às seguintes normas, suas atualizações, bem como às demais legislações concernentes que estejam ou venham a se tornar vigentes ao longo da prestação de serviços:

6.2.5.1.1. De acordo com a ABNT:

- a) NBR 16401/2008 – Instalações de ar condicionado – Sistemas centrais e unitários (Partes 1, 2 e 3);
- b) NBR 14679/2012 – Sistemas de condicionamento de ar e ventilação – Execução de serviços de higienização;
- c) NBR 13971/2014 – Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar e ventilação – Manutenção programada;
- d) NBR 15848/2010 – Sistemas de ar condicionado e ventilação – Procedimentos e requisitos relativos às atividades de construção, reformas, operação e manutenção das instalações que afetam a qualidade do ar interior (QAI);
- e) NBR 7256/2021 - Tratamento de ar em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS) – Requisitos para projeto e execução das instalações;
- f) NBR 10080/1987 - Instalações de Ar Condicionado para Salas de Computadores;
- g) NBR 16644-3/2009 – Salas limpas e ambientes controlados associados – Parte 3: Métodos de ensaio;
- h) NBR 14518/2020 - Sistemas de ventilação para cozinhas profissionais;
- i) NBR 15220-2/2008 - Desempenho térmico de edificações – Parte 2;
- j) NBR 10152/2017 - Níveis de Ruído para Conforto Acústico;
- k) NBR 12179/1992 - Tratamento Acústico em Recintos Fechados;
- l) NBR 16890-1/2018 - Filtros de ar para ventilação em geral – Parte 1: Especificações técnicas, requisitos e sistema de classificação baseado na eficiência do material particulado (ePM);
- m) NBR 16101/2012 - Filtros para partículas em suspensão no ar – Determinação da eficiência para filtros grossos, médios e finos;
- n) 29463-1/2014 - Filtros e meios filtrantes de alta eficiência para remoção de partículas no ar – Parte 1: Classificação, ensaio de desempenho e identificação;
- o) NBR 5410/2004 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- p) NBR 5462/1994 – Confiabilidade e manutenibilidade;
- q) NBR 16098/2012 - Aparelho para melhoria da qualidade da água para consumo humano – Requisitos e métodos de ensaio;
- r) NBR 16236/2013 - Aparelho de fornecimento de água para consumo humano com refrigeração incorporada – Requisitos de desempenho;
- s) NBR 16186/2013 - Refrigeração comercial, detecção de vazamentos, contenção e fluido frigorífico, manutenção e reparos;
- t) Todas as NBR associadas a condicionadores de ar, refrigeradores e aparelhos similares de uso doméstico.

6.2.5.1.2. De acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e do Emprego:

- a) NR 1: Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais;
- b) NR 6: Equipamento de Proteção Individual (EPI);
- c) NR 9: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA;
- d) NR 10: Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
- e) NR 11: Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais;
- f) NR 12: Máquinas e equipamentos;
- g) NR 15: Atividades e operações insalubres;
- h) NR 16: Atividades e operações perigosas;
- i) NR 17: Ergonomia;
- j) NR 26: Sinalização de segurança;
- k) NR 28: Fiscalização e penalidades;
- l) NR 35: Trabalho em altura.

6.2.5.1.3. Demais leis e normativos

- Lei Federal 13.589/2018 – Manutenção de instalações e equipamentos de climatização de ambientes.
- Lei Federal 6.437/1997 – Lei de infração sanitária.
- Portaria 3.523/1998 (Ministério da Saúde).
- Resolução nº 09/2003 (ANVISA).
- Resoluções CONAMA nº 340/2003, nº 003/1990 e nº 267/2000.
- Resolução nº 068/2019 – CFT.
- Portaria nº 2.296/1997 - Manual de Obras Públicas – Edificações – Práticas da SEAP: Manutenção - Anexo 3, subitens 2.6.3 e 2.6.4.
- Demais Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais aplicáveis, assim como Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA – CONFEA vigentes.

6.3. DEMAIS INFORMAÇÕES PERETINENTES

6.3.1. A empresa deverá ser credenciada pela fabricante dos aparelhos de ar condicionados que serão fornecidos pela contratante.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Definição das quantidade de Instalações de ar condicionado

A quantidade de instalações de aparelhos de ar condicionado objeto deste processo decorre diretamente do quantitativo de equipamentos adquiridos por meio do Pregão Eletrônico nº 90038/2025, referente ao processo digital nº 23080.064454/2024-47.

Os quantitativos dos equipamentos foram definidos pelas equipes responsáveis pelo planejamento da contratação anterior, considerando as demandas apresentadas pelas unidades administrativas e acadêmicas da Universidade, bem como os levantamentos e análises constantes do Estudo Técnico Preliminar e demais documentos de planejamento, conforme as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade de planejamento prévio nas contratações públicas.

Assim, a presente contratação está alinhada ao planejamento previamente realizado e ao princípio da vinculação ao plano de contratações da instituição, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade dos serviços públicos, previstos na legislação de regência das contratações.

Importa destacar que a quantidade de instalações ora solicitada corresponde integralmente ao número de equipamentos adquiridos, não representando estimativa futura ou projeção de demanda, mas sim necessidade concreta já definida tecnicamente no processo de aquisição. Dessa forma, preserva-se a coerência entre as fases de planejamento, aquisição e execução, garantindo racionalidade administrativa e adequada destinação dos recursos públicos.

A contratação ora proposta visa assegurar a efetiva operacionalização dos equipamentos de climatização adquiridos, viabilizando sua instalação e pleno funcionamento, em atenção às necessidades institucionais da UFSC e aos princípios que regem a administração pública, especialmente os da legalidade, eficiência, planejamento e interesse público.

7.2. Definição das quantidade dos serviços complementares

7.2.1. Interligação evaporadora-condensadora (tubulações de cobre (2 linhas - líquido e sucção 3/8" E 1/4"), tubo blindado em polietileno expandido, cabo elétrico PP flexível e revestimento em fita vinílica), por metro necessário acima do comprimento mínimo especificado (3 m).

Para estimar a quantidade de interligações necessárias para este tipo de tubulação, foram adotados os seguintes critérios: considerando o total de 169 equipamentos, para os quais já estão previstos 3 metros de tubulação por unidade, estimou-se que aproximadamente 10% das instalações demandarão o prolongamento das linhas de interligação entre a evaporadora e a condensadora.

7.2.2. Interligação evaporadora-condensadora (tubulações de cobre (2 linhas - líquido e sucção 1/2" E 1/4"), tubo blindado em polietileno expandido, cabo elétrico PP flexível e revestimento em fita vinílica), por metro necessário acima do comprimento mínimo especificado (3 m).

Para estimar a quantidade de interligações necessárias para este tipo de tubulação, foram adotados os seguintes critérios: considerando o total de 759 equipamentos, para os quais já estão previstos 3 metros de tubulação por unidade, estimou-se que aproximadamente 10% das instalações demandarão o prolongamento das linhas de interligação entre a evaporadora e a condensadora.

7.2.3. Interligação evaporadora-condensadora (tubulações de cobre (2 linhas - líquido e sucção 3/4" E 3/8"), tubo blindado em polietileno expandido, cabo elétrico PP flexível e revestimento em fita vinílica), por metro necessário acima do comprimento mínimo especificado (3 m).

Para estimar a quantidade de interligações necessárias para este tipo de tubulação, foram adotados os seguintes critérios: considerando o total de 17 equipamentos, para os quais já estão previstos 3 metros de tubulação por unidade, estimou-se que aproximadamente 50% das instalações demandarão o prolongamento das linhas de interligação entre a evaporadora e a condensadora. A porcentagem foi elvada devido ao tipo de equipamento Cassete

7.2.4. Interligação evaporadora-condensadora (tubulações de cobre (2 linhas - líquido e sucção 5/8" E 3/8"), tubo blindado em polietileno expandido, cabo elétrico PP flexível e revestimento em fita vinílica), por metro necessário acima do comprimento mínimo especificado (3 m).

Para estimar a quantidade de interligações necessárias para este tipo de tubulação, foram adotados os seguintes critérios: considerando o total de 17 equipamentos, para os quais já estão previstos 3 metros de tubulação por unidade, estimou-se que aproximadamente 50% das instalações dos aparelhos de 48.000 BTU/h (piso-teto) e 10% dos aparelhos de 24.000 BTU/h demandarão o prolongamento das linhas de interligação entre a evaporadora e a condensadora.

7.2.3 . Aluguel de cadeiras suspensas

Para estimar o número de dias necessários de utilização de cadeira suspensa durante a execução dos serviços de instalação dos 1.668 aparelhos de ar-condicionado, foram consideradas as condições de acesso aos locais de instalação das unidades condensadoras.

A grande maioria das instalações será executada em áreas de fácil acesso, como telhados, platibandas e locais com espaço adequado para a execução segura dos serviços, não sendo necessária a utilização de cadeira suspensa.

Entretanto, estima-se que aproximadamente 15% das instalações correspondam a locais de difícil acesso, como fachadas ou áreas elevadas sem pontos de apoio adequados, onde o uso de cadeira suspensa é indispensável para garantir a segurança dos trabalhadores e a correta execução do serviço.

Dessa forma, projeta-se a necessidade de utilização da cadeira suspensa em aproximadamente 250 unidades (15% de 1.668). Considerando uma produtividade média de 4 instalações por dia em locais que demandem este equipamento, estima-se a necessidade de cerca de 63 dias de uso de cadeira suspensa ($250 \div 4 = 62,5$ dias).

7.3 Planilha com as quantidades :

ITEM	CATSER /CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.
1	2020	INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT HI-WALL, COM CAPACIDADE DE 9.000 BTU/H, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 3/8" PARA A LINHA DE SUCÇÃO (GÁS) E DE 1/4" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 3/8" E 1/4" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM POLÍMERO.	UN	169
		INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT HI-WALL, COM CAPACIDADE DE 12.000 BTU/H, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 1/2" PARA A LINHA DE SUCÇÃO (GÁS) E DE 1/4" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO		

2	2020	COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 3/8" E 1/4" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM POLÍMERO.	UN	562
3	2020	INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT HI-WALL, COM CAPACIDADE DE 18.000 BTU/H, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 1/2" PARA A LINHA DE SUCÇÃO (GÁS) E DE 1/4" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 3/8" E 1/4" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM POLÍMERO.	UN	197
4	2020	INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT HI-WALL, COM CAPACIDADE DE 24.000 BTU/H, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 5/8" PARA A LINHA DE SUCÇÃO (GÁS) E DE 3/8" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 5/8" E 3/8" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO E PINTADO DE BRANCO.	UN	707
5	2020	INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT CASSETE, COM CAPACIDADE DE 36.000 BTU/H, CICLO FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 3/4" PARA A LINHA DE SUCÇÃO (GÁS) E DE 3/8" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 3/4" E 3/8" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO E PINTADO DE BRANCO.	UN	17
		INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT PISO-TETO, COM CAPACIDADE DE 48.000 BTU/H, CICLO FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM,		

6	2020	DIÂMETROS DE 5/8" PARA A LINHA DE SUÇÃO (GÁS) E DE 3/8" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 5/8" E 3/8" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO E PINTADO DE BRANCO.	UN	11
7	2020	INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT PISO-TETO, COM CAPACIDADE DE 48.000 BTU/H, CICLO FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 5/8" PARA A LINHA DE SUÇÃO (GÁS) E DE 3/8" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 5/8" E 3/8" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO E PINTADO DE BRANCO.	UN	25
8	2020	INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUÇÃO 3/8" E 1/4"), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M).	M	51
9	2020	INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUÇÃO 1/2" E 1/4"), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M).	M	228
10	2020	INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUÇÃO 3/4" E 3/8"), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M).	M	26
11	2020	INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUÇÃO 3/4" E 7/8"), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M).	M	38
12	2020	INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUÇÃO 5/8" E 3/8"), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M).	M	215
13	4049	ALUGUEL DE CADEIRA SUSPensa EM AÇO GALVANIZADO COM TRAVA QUEDAS CONFORME A NR-18, INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM - UNIDADE DE MEDIDA (UNID/DIA)	UN	63

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.561.320,30

A estimativa de custo da contratação foi elaborada com base nos valores obtidos por meio de composições da Tabela SINAPI, da ferramenta de pesquisa do COMPRASNET para pesquisa da insumos. Conforme Anexo I.

ITEM	CATSER /CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
1	2020	INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT HI-WALL, COM CAPACIDADE DE 9.000 BTU/H, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 3/8" PARA A LINHA DE SUCÇÃO (GÁS) E DE 1/4" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 3/8" E 1/4" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM POLÍMERO.	UN	169	787,21	133.038,49
		INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT HI-WALL, COM CAPACIDADE DE 12.000 BTU/H, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 1/2" PARA A LINHA DE SUCÇÃO (GÁS) E DE 1/4" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO				

2	2020	DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 3/8" E 1/4" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM POLÍMERO.	UN	562	830,77	466.894,07
3	2020	INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT HI-WALL, COM CAPACIDADE DE 18.000 BTU/H, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 1/2" PARA A LINHA DE SUCÇÃO (GÁS) E DE 1/4" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 3/8" E 1/4" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM POLÍMERO.	UN	197	830,77	163.662,15
		INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT HI-WALL, COM CAPACIDADE DE 24.000 BTU/H, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 5/8" PARA A LINHA DE SUCÇÃO (GÁS) E DE 3/8" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 5/8" E				

4	2020	3/8" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO E PINTADO DE BRANCO.	UN	707	913,95	646.164,32
5	2020	INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT CASSETE, COM CAPACIDADE DE 36.000 BTU/H, CICLO FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 3/4" PARA A LINHA DE SUCÇÃO (GÁS) E DE 3/8" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 3/4" E 3/8" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO E PINTADO DE BRANCO.	UN	17	1.155,88	19.649,89
		INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT PISO-TETO, COM CAPACIDADE DE 48.000 BTU/H, CICLO FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 5/8" PARA A LINHA DE SUCÇÃO (GÁS) E DE 3/8" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 5/8" E 3/8" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM				

6	2020	<p>PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO E PINTADO DE BRANCO.</p>	UN	11	1.112,71	12.239,76
7	2020	<p>INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT PISO-TETO, COM CAPACIDADE DE 48.000 BTU/H, CICLO FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 5/8" PARA A LINHA DE SUCÇÃO (GÁS) E DE 3/8" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 5/8" E 3/8" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO E PINTADO DE BRANCO.</p>	UN	25	1.112,71	27.817,64
8	2020	<p>INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUCÇÃO 3/8" E 1/4"), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M).</p>	M	51	105,21	5.365,85
9	2020	<p>INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUCÇÃO 1/2" E 1/4"), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M).</p>	M	228	109,63	24.995,83

10	2020	INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUCÇÃO 3/4" E 3/8"), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M).	M	26	161,85	4.208,17
11	2020	INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUCÇÃO 3/4" E 7/8"), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M).	M	38	196,26	7.457,98
12	2020	INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUCÇÃO 5/8" E 3/8"), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M).	M	215	147,45	31.702,34
13	4049	ALUGUEL DE CADEIRA SUSPensa EM AÇO GALVANIZADO COM TRAVA QUEDAS CONFORME A NR-18, INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM - UNIDADE DE MEDIDA (UNID/DIA)	UN	63	287,68	18.123,81

TOTAL

1.561.320,30

A pesquisa de preços será obtida através dos seguintes métodos:

O Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), por força de seguidas Leis de Diretrizes Orçamentárias, assim como do Decreto 7.983/2013, é o sistema de referência de custos oficial para a orçamentação de obras e serviços de engenharia com recursos federais. Assim, o Sinapi é utilizado por diversos órgãos e entidades da administração pública federal, bem como pelas demais esferas de governo, para obter preços confiáveis para os orçamentos de obras públicas e serviços de engenharia, que futuramente balizarão os orçamentos de referência nas licitações e serão utilizados como critérios de aceitabilidade dos preços, quando apresentadas as propostas por licitantes;

Conforme “Art. 6º do Decreto 7.983/2013 - Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o disposto nos arts. 3º, 4º e 5º, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.”

A Lei 14.133/2021 no art. 23 paragrafo 2º mantém como parâmetro a utilização do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil e acrescenta novos parâmetros como segue:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Conforme manual do TCU (Licitações & Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. 5ª Edição, "No âmbito das organizações do Poder Executivo federal, a matéria foi regulamentada pela Instrução Normativa SEGES/ME 91/2022, que detalhou os procedimentos para cálculo do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de licitação e de contratação direta. Segundo a referida instrução normativa, foi autorizada a utilização do disposto no Decreto 7.983/2013 para a definição do valor estimado das contratações de obras e serviços de engenharia no âmbito da Lei 14.133/2021. O referido decreto, por sua vez, prevê no seu art. 6º que, caso não seja possível utilizar as tabelas oficiais de custos (Sicro e Sinapi), os serviços da obra poderão ter a sua estimativa de custo apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da Administração Pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou por pesquisa de mercado com os respectivos fornecedores. Cabe ressaltar que a pesquisa direta com fornecedores não pode substituir os preços constantes das tabelas oficiais de custos (Sicro e Sinapi), nos casos em que os itens pesquisados sejam contemplados por tais tabelas."

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução não será parcelada pois a licitação por agrupamento de itens por lotes é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade na prestação de serviços quando unificados por uma só empresa, trazem mais vantagens na padronização do objeto a ser adquirido, bem como o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de um mesmo administrador.

A maior interação entre as diferentes fases da aquisição gera maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido e na observância dos prazos, concentração da responsabilidade pela execução do objeto em uma só empresa e concentração da garantia dos resultados.

Ademais, haverá um grande ganho para a Administração na economia de escala, que aplicada na aquisição implicará em aumento de quantitativos e, conseqüentemente, numa redução de preços a serem pagos pela Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessário a realização de contratações e/ou interdependentes para o objeto desta contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, DFD 1729/2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 83899526000182-0-000001/2026

II) Data de publicação no PNCP: 15/04/2025

III) Id do item no PCA: 7361

IV) Classe/Grupo: 873 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A execução desta contratação trará uma série de benefícios diretos e indiretos, conforme descrito a seguir:

Melhoria das condições de conforto térmico e ambiental

A substituição dos equipamentos antigos por unidades novas, modernas e com maior eficiência energética proporcionará ambientes internos com temperatura e qualidade do ar mais adequadas, favorecendo o bem-estar de servidores, docentes, discentes e visitantes.

Maior eficiência energética e redução de custos operacionais

Os novos aparelhos possuem tecnologia atualizada, com melhor desempenho e menor consumo de energia elétrica, o que resultará em redução significativa do gasto energético e consequente diminuição de despesas de custeio da instituição a médio e longo prazo.

Confiabilidade e continuidade operacional

Os equipamentos antigos apresentavam elevado índice de falhas e necessidade recorrente de manutenção corretiva, ocasionando interrupções no uso dos espaços. Com a substituição, espera-se maior confiabilidade operacional, redução de paradas não programadas e menor necessidade de manutenção corretiva.

Adequação às normas técnicas e ambientais vigentes

Os novos sistemas atenderão às exigências das normas da ABNT NBR 16401, bem como às regulamentações ambientais referentes ao uso de gases refrigerantes ecológicos, contribuindo para a redução de impactos ambientais e alinhamento às políticas de sustentabilidade da UFSC.

Melhoria das condições para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas

O conforto térmico adequado é fator essencial para o bom desempenho de atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Dessa forma, a contratação contribuirá diretamente para a qualidade do ambiente universitário, favorecendo a produtividade e a eficiência institucional.

Atendimento aos princípios da economicidade e eficiência administrativa

A substituição planejada dos equipamentos condenados, em vez da manutenção recorrente de aparelhos ineficientes, está alinhada aos princípios da boa gestão dos recursos públicos, promovendo uso racional do orçamento e melhor custo-benefício global para a Universidade.

13. Providências a serem Adotadas

O Departamento de Manutenção Predial e de Infraestrutura (DMPI) irá orientar os getores e fiscais técnicos no acompanhamento e fiscalização dos serviços previstos nesta contratação.

Antes da vigência do contrato serão feitas reuniões para apresentar a dinâmica bem como demais aspectos pertinentes a execução dos serviços

14. Possíveis Impactos Ambientais

É imprescindível a adoção de medidas para conter vazamentos e de reciclagem de fluidos refrigerantes, devido ao seu grande potencial de destruição da camada de ozônio e aquecimento global. A empresa contratada para os serviços de manutenção preventiva, corretiva e de limpeza tem a responsabilidade de seguir estritamente as normas e protocolos vigentes, em âmbito nacional e internacional, relativos à sustentabilidade ambiental.

Embora o funcionamento do ar condicionado dependa de um produto químico, o fluido refrigerante, que causa danos à camada de ozônio, e o fornecimento de carga de fluido refrigerante e outros gases seja inevitável no objeto do planejamento de manutenção preventiva e corretiva, serão incluídos como requisitos da contratação alguns critérios de sustentabilidade para minimizar danos ambientais ao solo, ar e água. Tais critérios incluem:

- Utilizar, quando couber, materiais reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;

- Não utilizar materiais que contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);
- Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- Utilizar máquinas que atendam ao Programa de Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), além de utilizá-las de forma consciente, a fim de evitar desperdícios de energia elétrica;
- Causar menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- Não desperdiçar materiais;
- Não lançar fragmentos ou material particulado no ambiente, buscando sempre descartá-los nos locais adequados, evitando assim contaminações dos ambientes;
- Não fazer a queima de combustíveis não renováveis, exceto quando imprescindível para a execução dos serviços;
- Quando o serviço for realizado em áreas de grande fluxo, causar o mínimo de transtorno aos transeuntes, mantendo o local de trabalho organizado e limpo.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado digitalmente

Jose Fabris

Data: 13/11/2025 07:39:54-0300

CPF: ***.721.129-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

JOSE FABRIS

Equipe de Planejamento



Documento assinado digitalmente

Ramon Melo dos Santos

Data: 13/11/2025 07:43:24-0300

CPF: ***.557.153-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

RAMON MELO DOS SANTOS

Equipe de Planejamento



Documento assinado digitalmente

Julio Alexandre de Matheucci e Silva Teixeira

Data: 13/11/2025 07:53:50-0300

CPF: ***.642.529-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

JULIO ALEXANDRE DE MATHEUCCI E SILVA TEIXEIRA

Equipe de apoio

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo 01 - Estimativa de Valores - REV01.pdf (12.66 MB)

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

À Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Pregão Eletrônico: XXX/20XX

Processo: XXXXX.XXXXXX/20XX-XX

Objeto: (descrever o objeto da licitação)

Eu, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (Responsável Técnico ou Representante Legal devidamente qualificado) da empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita sob o CNPJ de nº XXXXXXXXXXXX, DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que:

- () Foi realizada a visita técnica para conhecimento do local onde serão executados os serviços, tendo tomado conhecimento de todas as características do local, inclusive das possíveis peculiaridades que possam onerar a proposta comercial, bem como a empresa, na execução do contrato.
- () Não foi realizada a visita técnica para conhecimento do local onde serão executados os serviços, tendo assumido a responsabilidade por qualquer fato ou prejuízo que possam ocorrer em virtude do desconhecimento do local.

XXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXX de 20XX.

(assinatura)

NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL)

CPF nº: XXX.XXX.XXX-XX

RG nº: X.XXX.XXX.X

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel que identifique o licitante.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Pró-Reitoria de Administração - PROAD
Departamento de Contratos - DPC
Av. Desembargador Vitor Lima, nº 222, 8º andar, Prédio da Reitoria 2
Bairro Trindade – Florianópolis/SC – CEP 88.040-400
CNPJ/MF nº 83.899.526/0001-82
Site: www.dpc.ufsc.br

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

SERVIÇOS – LICITAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), autarquia educacional criada e integrada ao Ministério da Educação (MEC) pela Lei nº 3.849, de 18/12/1960, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.899.526/0001-82, com sede no Campus Universitário, Bairro Trindade, nesta Capital, representada pela Diretora do Departamento de Contratos da Pró-Reitoria de Administração, **Sra. Ana Paula Peres da Silva, matrícula funcional 1973173, nomeada pela Portaria nº 1142/2022/GR, de 6 de julho de 2022, publicada no DOU de 12 de julho de 2022**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202.....**, processo administrativo n. **23080.061379/2025-43**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada para **serviços de instalação de equipamentos condicionadores de ar do tipo SPLIT HI-WALL, PISO-TETO e CASSETE** para atender a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, especificado no item 1 do Termo de Referência, anexo **do edital de Licitação nº/20....**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]						
Item	CATSER	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	2020	INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT HI- WALL, COM CAPACIDADE DE 9.000 BTU/H, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE	UN			

		EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 3/8" PARA A LINHA DE SUÇÃO (GÁS) E DE 1/4" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 3/8" E 1/4" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA- CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM POLÍMERO.				
2	2020	INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT HI- WALL, COM CAPACIDADE DE 12.000 BTU/H, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 1/2" PARA A LINHA DE SUÇÃO (GÁS) E DE 1/4" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 3/8" E 1/4" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA- CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM POLÍMERO.	UN			
3	2020	INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT HI- WALL, COM CAPACIDADE DE 18.000 BTU/H, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 1/2" PARA A LINHA DE SUÇÃO (GÁS) E DE 1/4" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 3/8" E 1/4" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA- CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM POLÍMERO.	UN			

4	2020	<p>INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT HI- WALL, COM CAPACIDADE DE 24.000 BTU/H, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 5/8" PARA A LINHA DE SUÇÃO (GÁS) E DE 3/8" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 5/8" E 3/8" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA- CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO E PINTADO DE BRANCO.</p>	UN			
5	2020	<p>INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT CASSETE, COM CAPACIDADE DE 36.000 BTU /H, CICLO FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 3/4" PARA A LINHA DE SUÇÃO (GÁS) E DE 3/8" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 3/4" E 3/8" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA- CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO E PINTADO DE BRANCO.</p>	UN			
6	2020	<p>INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT PISO-TETO, COM CAPACIDADE DE 48.000 BTU/H, CICLO FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 5/8" PARA A LINHA DE SUÇÃO (GÁS) E DE 3/8" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 5/8" E 3/8" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM</p>	UN			

		PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA- CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO E PINTADO DE BRANCO.				
7	2020	INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT PISO-TETO, COM CAPACIDADE DE 60.000 BTU/H, CICLO FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 5/8" PARA A LINHA DE SUCÇÃO (GÁS) E DE 3/8" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 5/8" E 3/8" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA- CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO E PINTADO DE BRANCO.	UN			
8	2020	INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUCÇÃO 3/8" E 1/4")), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M). UNIDADE DE MEDIDA (METRO).	UN			
9	2020	INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUCÇÃO 1/2" E 1/4")), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M). UNIDADE DE MEDIDA (METRO).	UN			
10	2020	INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUCÇÃO 3/4" E 3/8")), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M). UNIDADE DE MEDIDA (METRO)	UN			
11	2020	INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUCÇÃO 3/4" E 7/8")), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M). UNIDADE DE MEDIDA (METRO).	UN			

12	2020	INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUÇÃO 5/8" E 3/8"), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M). UNIDADE DE MEDIDA (METRO).	UN			
13	4049	ALUGUEL DE CADEIRA SUSPensa EM AÇO GALVANIZADO COM TRAVA QUEDAS CONFORME A NR-18, INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM - UNIDADE DE MEDIDA (UNID/DIA).	UN			

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o item anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, não poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no subitem 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e em seus anexos.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]						
Item	CATSER	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1						
2						
...						

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]						
Item	CATSER	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1						
2						
...						



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Pró-Reitoria de Administração - PROAD
Departamento de Contratos - DPC
Av. Desembargador Vitor Lima, nº 222, 8º andar, Prédio da Reitoria 2
Bairro Trindade – Florianópolis/SC – CEP 88.040-400
CNPJ/MF nº 83.899.526/0001-82
Site: www.dpc.ufsc.br

MINUTA

TERMO DE CONTRATO
SERVIÇOS SEM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA

Processo Administrativo nº 23080.061379/2025-43

Pregão Eletrônico nº xxxx/2025

CONTRATO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA E A
EMPRESA

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), autarquia educacional criada e integrada ao Ministério da Educação (MEC) pela Lei nº 3.849, de 18/12/1960, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.899.526/0001-82, com sede no Campus Universitário, Bairro Trindade, nesta Capital, representada pelo Pró-Reitor de Administração, **Sr. Vilmar Michereff Junior, matrícula funcional 2168654, Nomeado pela Portaria nº 1.098, de 5 de julho de 2022, publicada no DOU de 6 de julho de 2022,** doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXX**, sediada à **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo **XXXXXXXXXXXXXXXXXX, (função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos,** em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na execução plena de soluções pertinentes aos **serviços de instalação de equipamentos condicionadores de ar do tipo SPLIT HI-WALL, PISO-TETO e CASSETE, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

LOTE ÚNICO						
Item	CATSER	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	2020	INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT HI- WALL, COM CAPACIDADE DE 9.000 BTU/H, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE	UN			

		COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 3/8" PARA A LINHA DE SUÇÃO (GÁS) E DE 1/4" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 3/8" E 1/4" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM POLÍMERO.				
2	2020	INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT HI- WALL, COM CAPACIDADE DE 12.000 BTU/H, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 1/2" PARA A LINHA DE SUÇÃO (GÁS) E DE 1/4" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 3/8" E 1/4" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM POLÍMERO.	UN			
3	2020	INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT HI- WALL, COM CAPACIDADE DE 18.000 BTU/H, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 1/2" PARA A LINHA DE SUÇÃO (GÁS) E DE 1/4" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 3/8" E 1/4" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO	UN			

		EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM POLÍMERO.				
4	2020	<p>INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT HI- WALL, COM CAPACIDADE DE 24.000 BTU/H, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 5/8" PARA A LINHA DE SUÇÃO (GÁS) E DE 3/8" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 5/8" E 3/8" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO E PINTADO DE BRANCO.</p>	UN			
5	2020	<p>INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT CASSETE, COM CAPACIDADE DE 36.000 BTU /H, CICLO FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 3/4" PARA A LINHA DE SUÇÃO (GÁS) E DE 3/8" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 3/4" E 3/8" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO E PINTADO DE BRANCO.</p>	UN			
6	2020	<p>INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT PISO-TETO, COM CAPACIDADE DE 48.000 BTU/H, CICLO FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 5/8" PARA A LINHA DE SUÇÃO (GÁS) E DE 3/8" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 5/8" E 3/8" E COMPRIMENTO</p>	UN			

		DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO E PINTADO DE BRANCO.				
7	2020	INSTALAÇÃO DE APARELHO CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT PISO-TETO, COM CAPACIDADE DE 60.000 BTU/H, CICLO FRIO. A INSTALAÇÃO COMPREENDE A INTERLIGAÇÃO ENTRE A UNIDADE EVAPORADORA E A CONDENSADORA, UTILIZANDO TUBULAÇÃO FLEXÍVEL DE COBRE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,8 MM, DIÂMETROS DE 5/8" PARA A LINHA DE SUÇÃO (GÁS) E DE 3/8" PARA A LINHA DE LÍQUIDO E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA LINHA, TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO COM ESPESSURA DE 10 MM, DIÂMETROS INTERNOS DE 5/8" E 3/8" E COMPRIMENTO DE 3 M PARA CADA DIÂMETRO (RECOBERTO COM PELÍCULA PROTETORA RESISTENTE A UV, INTEMPÉRIES E IMPACTOS), MANGUEIRA CRISTAL EM PVC PARA DRENAGEM DE COMPRIMENTO DE ATÉ 5 M, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL PARA INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA, COM VIA DE ATERRAMENTO, BITOLA MÍNIMA CONFORME MARCA E MODELO DO EQUIPAMENTO COMPRIMENTO DE 3M. INCLUINDO SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO E PINTADO DE BRANCO.	UN			
8	2020	INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUÇÃO 3/8" E 1/4")), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M). UNIDADE DE MEDIDA (METRO).	UN			
9	2020	INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUÇÃO 1/2" E 1/4")), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M). UNIDADE DE MEDIDA (METRO).	UN			
10	2020	INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUÇÃO 3/4" E 3/8")), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M). UNIDADE DE MEDIDA (METRO)	UN			
11	2020	INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUÇÃO 3/4" E 7/8")), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO	UN			

		EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M). UNIDADE DE MEDIDA (METRO).				
12	2020	INTERLIGAÇÃO EVAPORADORA-CONDENSADORA (TUBULAÇÕES DE COBRE (2 LINHAS - LÍQUIDO E SUÇÃO 5/8" E 3/8"), TUBO BLINDADO EM POLIETILENO EXPANDIDO, CABO ELÉTRICO PP FLEXÍVEL E REVESTIMENTO EM FITA VINÍLICA), POR METRO NECESSÁRIO ACIMA DO COMPRIMENTO MÍNIMO ESPECIFICADO (3 M). UNIDADE DE MEDIDA (METRO).	UN			
13	4049	ALUGUEL DE CADEIRA SUSPensa EM AÇO GALVANIZADO COM TRAVA QUEDAS CONFORME A NR-18, INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM - UNIDADE DE MEDIDA (UNID/DIA).	UN			
VALOR TOTAL DO LOTE						RS

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1.1.** O Termo de Referência;
- 1.1.1.2.** O Edital da Licitação;
- 1.1.1.3.** A Proposta do CONTRATADO;
- 1.1.1.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.2. A existência de registro no Cadin, quando da consulta prévia de que trata o art. 6º da Lei 10.522, de 19 de julho de 2002, constitui fator impeditivo para a celebração deste Termo de Contrato e respectivos aditamentos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, em até 24 horas antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado, conforme modelo apresentado no apêndice I deste Termo de Contrato.

3.6.1. A Contratada deverá manter preposto, sempre que necessário, nos locais de prestação de serviço, aceito pela Contratante, para representar a Contratada na execução do contrato.

3.6.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

3.7. Os gestores e fiscais de contratos deverão observar ainda as regras previstas em portaria normativa própria da contratante que verse sobre a gestão e fiscalização de contratos terceirizados.

Rotinas de Fiscalização

3.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

3.9. Fiscalização Técnica

3.9.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.9.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.9.3. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.9.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.9.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.9.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

3.9.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

3.9.8. As disposições previstas neste contrato não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

3.10. Fiscalização Administrativa

3.10.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.10.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

3.11. Gestor do Contrato

3.11.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a

exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.11.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.11.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.11.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.11.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.11.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.11.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

3.11.8. O gestor deverá receber e dar encaminhamento imediato:

3.13.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

3.13.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto conforme parâmetros detalhados abaixo.

4.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em:

4.1.1.1. Será vedada a subcontratação de empresa para executar os serviços de instalação de aparelhos de ar condicionado e prolongamento das interligações objeto da contratação.

4.1.2. A subcontratação é permitida e limitada ao:

4.1.2.1. Item 13: Contratação do aluguel de cadeira suspensa.

4.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

6.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

6.1.1. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

6.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

6.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e

administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.12. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **20 (vinte) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.12.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

6.12.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

6.12.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

6.12.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.12.5. Enviar a documentação ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da Liquidação

6.16. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, 32º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.17. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

6.18. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.18.1. o prazo de validade;

6.18.2. a data da emissão;

6.18.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

6.18.4. o período respectivo de execução do contrato;

6.18.5. o valor a pagar; e

6.18.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.19. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.20. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.21. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

6.21.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

6.21.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.22. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.24. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Do Prazo de pagamento

6.26. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.27. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

Da Forma de pagamento

6.28. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.30.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.31. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Da Cessão de crédito

6.32. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do contratante.

6.33. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

6.34. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou

indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

6.35. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

6.36. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

6.37. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 28/11/2025.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA-IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e com o edital;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

- 8.1.8.1.** indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- 8.1.8.2.** fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- 8.1.8.3.** estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 8.1.8.4.** definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.1.8.5.** demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- 8.1.8.6.** prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o último dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.8. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere à cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência.

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.20. Cumprir as normas de proteção do trabalho, inclusive àquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente.

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008.

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

9.24.1. Implementar e, sempre que convocada, comprovar que disponibiliza aos empregados canal de recepção e tratamento de denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso.

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato.

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

9.34. Respeitar todos os servidores e demais membros da comunidade universitária, jamais cometendo qualquer natureza de assédio ou propagando discriminação de raça, gênero, religião, orientação sexual, idade, características físicas ou deficiência, tratando todos de maneira isonômica.

9.35. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.36. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

9.37. Apresentar todos os esclarecimentos, documentos ou informações solicitadas nas comunicações da contratante, no prazo estipulado na solicitação, evitando comunicações protelatórias.

9.38. Fornecer a todos os seus colaboradores uniformes e identificações, sem repassar quaisquer custos a estes e à Contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou

em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total anual da contratação.

10.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

10.2.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.2.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

10.2.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

10.2.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

10.3. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

10.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

10.5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.6. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

10.6.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

10.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.11.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.11.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.12. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

10.12.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

10.12.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

10.13. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.14. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

10.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.16. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no edital de licitação.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.7. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:
Fonte de Recursos:
Programa de Trabalho:
Elemento de Despesa:
Plano Interno:
Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LGPD

15.1. As obrigações pertinentes à LGPD estão dispostas no edital de licitação.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Santa Catarina, Seção Judiciária de Florianópolis, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

19. DOS APÊNDICES DESTE ANEXO II DO ATO CONVOCATÓRIO

Apêndice I - Termo de nomeação do preposto

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Apêndice I - Termo de nomeação do preposto

Contrato nº: _____

Objeto: _____

Por meio deste instrumento, a empresa _____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o n. _____, sediada à _____ (endereço completo da empresa), doravante denominada **OUTORGANTE**, neste ato representada pelo(a) Sr(a) _____ (representante legal da empresa), CPF _____, nomeia e constitui o (a) Sr. _____ (nome do preposto indicado pela empresa), brasileiro(a), (cargo que ocupa na empresa ou profissão), CPF nº _____, como o seu **PREPOSTO**.

PODERES/DEVERES: Representar a empresa OUTORGANTE na condição de PREPOSTO no Contrato ____/20__, firmado com a UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, obrigando-se a receber, diligenciar, encaminhar e responder as solicitações e orientações de ordens técnicas, legais e administrativas referentes à execução contratual, encaminhadas pela gestão/fiscalização do contrato; participar de reuniões e assinar as respectivas atas, obrigando a contratada a cumprir os termos dela constante; receber notificações da gestão/fiscalização do contrato de ocorrências relacionadas à execução dos serviços, respondendo ou tomando providências dentro do prazo estipulado; bem como representar a OUTORGANTE em todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento do contrato.

Contatos funcionais do preposto:

E-mail: _____

Telefone: _____

Contato em aplicativos de mensagens (se houver): _____

Cidade, ____ de _____ de 20__.

Nome:
CPF:
(Representante Legal da Contratada)

IN 05/2017: Art. 44. O preposto da empresa deve ser formalmente designado pela contratada antes do início da prestação dos serviços, em cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto.

§ 1º A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

§ 2º As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

§ 3º O órgão ou entidade poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

§ 4º A depender da natureza dos serviços, poderá ser exigida a manutenção do preposto da empresa no local da execução do objeto, bem como pode ser estabelecido sistema de escala semanal ou mensal.